



Plano Municipal de Assistência Social de Belém 2018 - 2021



Belém Pará
Janeiro de 2018



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII**

PREFEITURA DE BELÉM

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR
PREFEITO DE BELÉM

ORLANDO REIS PANTOJA
VICE-PREFEITO DE BELÉM

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA

ADRIANA MONTEIRO AZEVEDO
PRESIDENTE DA FUNPAPA

MARIA EDUARDA ROCHA NASCIMENTO LOUCHARD
DIRETORA GERAL

SUELY CRISTINA BANDEIRA COUTINHO
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

MARINISE RODRIGUES RIBEIRO
DIRETORA ADMINISTRATIVA

ROSÂNGELA DO SOCORRO SAMPAIO PINHEIRO
DIRETORA FINANCEIRA

ALCEMIR DA COSTA PALHETA JÚNIOR
DIRETOR DO NÚCLEO SETORIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

REGINA LÚCIA BRITO NÓBREGA
DIRETORA DO NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO

Apresentação

É com satisfação que apresento o **Plano Municipal de Assistência Social da Cidade de Belém 2018 – 2021**, elaborado por servidores e usuários da Fundação Papa João XXIII com a intenção de demonstrar os caminhos a serem percorridos em consonância com as diretrizes estabelecidas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Uma tarefa que tem exigido expertise para potencializar pessoas e saberes em prol da implementação dessa Política no âmbito da cidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) “O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social” no âmbito nacional e de cada estado e município. Portanto, documento de gestão com subsídios que permitem compreender as demandas sociais da população em situação de vulnerabilidade e ou risco pessoal e social, auxiliando na elaboração e revisão de estratégias para a prevenção e o enfrentamento de diferentes violações de direitos.

Do conjunto de ações apresentadas neste Plano quero destacar como prioridade dessa gestão a instituição da **Lei Municipal do SUAS** considerando o valor que agregará ao processo de aprimoramento e consolidação do SUAS na Região Amazônica, principalmente, no reconhecimento dessa Política como direito de cidadania, e com primazia na oferta pelo Estado.

Finalizo, expressando o meu sincero desejo de que esse Plano possa ser instrumento de efetiva contribuição na vida cotidiana dos usuários dessa Política no município de Belém, com a convicção do valoroso trabalho que cada servidor (a) dedicará para sua realização, bem como do inestimável comprometimento do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Zenaldo Coutinho como imperioso para a edificação de uma cidade de direitos.

Adriana Monteiro Azevedo
Assistente Social
Presidente da Fundação Papa João XXIII

Índice

1. Identificação

1.1 Órgão Gestor da Política

1.2 Conselho Municipal de Belém

2. Introdução ao Plano: reflexão sobre a conjuntura socioeconômica brasileira e seu rebatimento na Política de Assistência Social.

3. Diagnóstico Socioterritorial

3.1 Aspectos Situacionais de Belém

3.2 Um olhar sobre a população demandante da Política

4. Planejamento Estratégico

4.1 Diretrizes Estratégicas

Missão do Órgão

Grupos de Interesse

Valores

Visão de futuro

Áreas Estratégicas de Atuação – AEA:

Objetivos Estratégicos – OE

4.2 Plano de Meta/Indicadores de Resultados

4.3 Financiamento da PMAS

5. Encontro com usuários: avaliando a PMAS

6. Monitoramento e Avaliação

Referências

Plano Municipal de Assistência Social 2018 - 2021

1. Identificação

1.1 Órgão Gestor da Política de Assistência Social

- **Identificação:** Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA
- **Município:** Belém (PA)
- **Responsável do Órgão:** Adriana Monteiro Azevedo
- **Cargo:** Presidente do Órgão
- **Endereço:** Avenida Rômulo Maiorana, N°1018 CEP: 66093 -673
- **Bairro:** Marco
- **Telefone:** (91) 3259 5973
- **Responsável Técnica do Plano:** Lana Patricia de Lemos Alves

Equipe de Elaboração e Sistematização do Plano

Elaine Félix – Administradora

Jocinete Santos Carvalho – Analista de Sistema

Lana Patricia de Lemos Alves – Pedagoga

Maria Célia Guimarães Borges – Assistente Social

Milene Miranda Lucas – Economista

Paulo Sérgio Lima da Silva – Antropólogo

Regina Lúcia Brito Nóbrega – Socióloga

Contribuição na Elaboração do Plano

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Coordenações dos espaços socioassistenciais

Equipes técnicas dos espaços socioassistenciais

Usuários dos espaços socioassistenciais

Paulo Henrique de Oliveira Costa – Conselheiro do CMAS, representante dos usuários da PMAS

Norma Suely de Souza Carvalho – Presidente do CMAS

1.2 Conselho Municipal de Assistência Social

- **Identificação:** Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
- **Nome da Presidente:** Norma Suely de Souza Carvalho
- **Representação não governamental:** Lar Fabiano de Cristo
- **Número de conselheiros:** 13
- **Endereço:** Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1286
- **Bairro:** Reduto **CEP:** 66053-240
- **Telefone:** (91) 3236-3814
- **E-mail:** conselho.belem@gmail.com
- **Secretária executiva:** Julianne Rodrigues Siqueira
- **Formação:** Assistente Social

Conselheiros presentes na aprovação do PMAS 2018 - 2021

Conselheiro	Representação
Norma Suely de Souza Carvalho	Lar Fabiano de Cristo
Suely Cristina Bandeira Coutinho	Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA
Rosa Maria Gonçalves Viana	Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB
Marcelo Rodrigues Bastos	Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão – SEGEP
Maria Berenice Dias e Dias	Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Maria Gabriela Barbosa Cardoso	Secretaria Municipal de Saúde - SESMA
Elinéia Alice Coutinho David	Instituto Felipe Smaldone
Karla Danielly V. da Cruz	Sociedade Bíblica do Brasil
Thays Loelia Santos Lopes	Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região-CRESS (Representante dos Trabalhadores)
Maria de Nazaré dos Santos Machado	Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará – FAAPPA (Representante dos Usuários)
Anacleta Gomes Vieira	Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará – FAAPPA (Representante dos Usuários)
Maria de Nazaré Brito de Oliveira	Fórum Estadual de Usuários do SUAS – FEUSUAS/PA (Representante dos Usuários)
Paulo Henrique de Oliveira Costa	Fórum Estadual de Usuários do SUAS – FEUSUAS/PA (Representante dos Usuários)

8ª Reunião Ordinária do CMAS – Belém/Pará
Resolução nº 004/2018, de 25 de janeiro de 2018.
Norma Suely de Souza Carvalho - **Presidente do CMAS**

2. Introdução ao Plano: reflexão sobre a conjuntura socioeconômica brasileira e seu rebatimento na Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social experimentou, sob a vigência de I Plano Decenal de Assistência Social (2005-2015), importantes e inegáveis avanços no que diz respeito, sobretudo, à estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Nessa primeira década, foram estabelecidas as bases para que o SUAS caminhasse rumo à sua consolidação e aprimoramento, desafios colocados para o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026).

Tendo como premissa máxima a *“Proteção Social para todos (as) os (as) brasileiros (as)”*, esse segundo plano decenal, assim como os planos municipais, se defronta com uma conjuntura não menos desafiadora que a anterior, onde ainda se enfrentava os resquícios da tradição assistencialista no campo da assistência social, haja vista que a situação econômica e política atual e as reformas engendradas nos últimos anos não se mostram compatíveis com um ambiente que impulse a política de assistência social rumo a sua consolidação; ao contrário, esboça-se um cenário de aumento de demanda da população por serviços socioassistenciais e um arrefecimento dos investimentos públicos nessa área.

A conjuntura é de retração da atividade econômica, com queda nos postos de trabalho formal e elevado índice de desemprego. Com a queda da riqueza nacional, o PIB *per capita* retraiu e, juntamente com o aumento do desemprego e o endividamento das famílias, verifica-se um aumento no empobrecimento da população. Na esteira da recessão econômica e da crise fiscal do estado, ganharam fôlego a aprovação de reformas cujo escopo é o reaquecimento da economia (geração de empregos), como é o caso da reforma trabalhista, ou controle dos gastos do governo, na qual entram a reforma da previdência e a Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos por 20 anos.

A Reforma Trabalhista, contida na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com o fito de adequar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) às novas relações trabalhistas e ampliar os postos de trabalho em um ambiente de alta taxa de desemprego, traz preocupação quanto à qualidade dos pretensos novos empregos que serão gerados, considerando que a nova Lei acaba regulamentando contratos de trabalho precários, que historicamente imputam um menor custo de contratação para os empregadores. Outra mudança introduzida por essa reforma é a ampliação da negociação individual do trabalhador com o empregador, sem considerar que nesta relação está implícito um conflito de interesses na qual o trabalhador, sobretudo em uma conjuntura de alto desemprego, é o elo mais frágil e pode acabar

se submetendo a acordos que venham significar perdas salariais. Por ser um mercado que envolve parcela significativa da população e conduz parte relevante da geração e distribuição de renda, qualquer alteração no mercado de trabalho que venha a fragilizar o trabalhador tem impactos diretos sobre os indicadores sociais.

No que se refere à Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, conhecida como Reforma da Previdência, a proposta em tramitação aumenta em dois anos a idade mínima para aposentadoria de mulheres (62 anos para aposentadoria urbana e 57 anos para a rural) e eleva o tempo mínimo de contribuição para 25 anos para ambos os sexos; com relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. A proposta prevê a elevação, a partir de 2020, da idade mínima para acessar o Benefício até chegar a 68 anos. Nessa proposta de revisão das regras da seguridade social, existe uma necessidade legítima de equiparar as receitas e despesas da previdência social no Brasil, principalmente considerando o fenômeno do envelhecimento da população brasileira. Entretanto, é presumível que regras previdenciárias rígidas, que consideram apenas as condições médias de vida da população e não discutam as diferenças ainda muito latentes entre os estratos sociais, penalizem as camadas mais pobres.

Outra discussão importante de ser pautada é a aprovação da Emenda Constitucional Nº95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que define um teto para os gastos públicos por um período de 20 anos, em que as despesas do governo passam a ser corrigidas apenas pela inflação, ficando os gastos, na prática, congelados. Tal medida terá impactos nos gastos gerais do governo e, ao que indica, afetará diretamente as políticas setoriais, dentre as quais, a assistência social.

Todo esse contexto, brevemente explanado, terá reflexos sobre a política de assistência social uma vez que atinge de maneira mais intensa as camadas mais pobres da população que demandarão uma atenção redobrada desta política para que se garanta como pretende o II Plano Decenal, *a proteção social a todos os brasileiros*.

O Plano Municipal de Assistência Social do Município de Belém 2018-2021 (PMAS 2018-2021), muito embora seja um plano de abrangência municipal e possua especificidades próprias dos seus territórios, que serão tratadas em seu Diagnóstico, deverá estar atento para o cenário socioeconômico e político do País, não o negligenciando, considerando que pode afetar diretamente no desenvolvimento cotidiano local.

Sendo assim, sem perder de vista essa conjuntura, o PMAS 2018-2021 reforça o compromisso da Fundação Papa João XXIII com a política de assistência social no Município de Belém através de planejamento de médio prazo, que abrange as proposições emanadas de processos conferenciais municipais, do Plano Decenal de Assistência Social, do Plano Plurianual de Belém e de consulta aos usuários da assistência social que de modo significativo contribuíram para construção deste Documento ora apresentado.

Cientes de que algumas metas que compunham o PMAS 2014-2017 não foram alcançadas e do cenário de dificuldades que se apresenta, este Plano pretende estipular metas exequíveis para os próximos quatro anos e ao mesmo tempo, consideradas imprescindíveis para que não haja uma inflexão nas conquistas sociais e que a Política de Assistência Social possa aprimorar sua trajetória com o objetivo de contribuir com a garantia de direitos socioassistenciais, no município de Belém.

O Plano está estruturado com três seções específicas, mas complementares. Na primeira, destaca-se os Aspectos da Cidade de Belém, na qual será pontuado o Diagnóstico Socioterritorial de Belém, a população demandante da Política e a Rede de Serviço Socioassistencial Governamental e Privada do Município. Na segunda seção será apresentado o Planejamento Estratégico com as diretrizes pautadas no Plano Plurianual - PPA apresentando o plano de metas, indicadores de resultados e as matrizes do planejamento operacional do órgão e o financiamento da Política.

Finalizando, a última seção será destacada a fala dos usuários que participaram da construção deste Plano, os quais puderam apresentar suas avaliações direcionadas aos espaços e serviço por eles utilizados, pontuando seus aspectos positivos e negativos. Tais colaborações são fundamentais para ampliar o olhar da gestão sobre as estratégias que devem ser observadas na efetivação desse Plano, as quais precisam alinhar a oferta de serviços socioassistenciais e a defesa de direitos a partir das demandas da Cidade.

3. Diagnóstico Socioterritorial

3.1 Aspectos Situacionais da Cidade de Belém

Dados Gerais	
Município	Belém, capital do estado do Pará, situada na região Norte.
Porte	Metrópole
Área territorial	506,5019 km ² , dos quais 176,5658 Km ² são terras continentais e 329,9361 km ² são terras insulares compostas por 39 ilhas.
População	1.452.275 pessoas (estimada 2017) 1.393.399 pessoas (Censo IBGE 2010)
População em situação de extrema pobreza	85.011 (IBGE 2010)

Fonte: IBEGE 2017

Quanto à estrutura organizacional, a capital paraense integra a Região Metropolitana de Belém – RMB, como unidade central desse aglomerado de municípios limítrofes, composto por Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará (Lei Federal nº 14 de 08.06.1979 e Lei Complementar Estadual nº 27 de 19.10.1995 e nº 72 de 20.04.2010).

Para sua organização político-administrativa, o Município está dividido, segundo a Lei Municipal 7.686 de 05 de janeiro de 1994, em 08 (oito) Distritos Administrativos, que agregam os 71 bairros e 39 ilhas, conforme o Quadro nº 01.

Quadro nº 01 – Organização Político-Administrativa do Município de Belém/PA

Distrito Administrativo	Referência	Composição (bairros e ilhas)
DABEL	Belém	Bairros: Reduto, Campina, Nazaré e parte dos bairros do Marco, Umarizal, São Brás, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e Canudos
DAGUA	Guamá	Bairros: Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga
DASAC	Sacramenta	Bairros: Sacramento, Maracangalha, Miramar, Barreiro, Telégrafo, Pedreira, Fátima e parte dos bairros da Marambaia, Marco, Umarizal e São Brás
DABEN	Benguí	Bairros: Tapanã, Coqueiro, Pratinha, São Clemente, Parque Verde, Benguí, Cabanagem, Una e parte do bairro do Mangueirão
DAICO	Icoaraci	Bairros: Cruzeiro, Ponta Grossa, Maracacuera, Campina de Icoaraci, Águas Negras, Agulha, Paracuri, Parque Guajará e Tenoné
DAENT	Entroncamento	Bairros: Val-de-Cães, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas, Aurá, Universitário e parte dos bairros do Curió-Utinga, Mangueirão e Marambaia

DAMOS	Mosqueiro	Ilhas: Mosqueiro , São Pedro, Maracujá, Pombas, Papagaio, Canuari, Conceição, Maruim I, Maruim II e 04 ilhas sem denominação. Bairros: Maracujá, Vila, Mangueiras, Praia Grande, Aeroporto, Farol, Chapéu Virado, Natal do Murubira, Porto Arthur, Murubira, Ariramba, São Francisco, Bonfim, Carananduba, Marahu, Caruara, Paraíso, Sucurijuquara e Baía do Sol
DAOUT	Outeiro	Ilhas: de Outeiro (Caratateua) , Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu, Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação. Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua.

Fonte: CODEM/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém 2012.

A **expectativa de vida ao nascer (longevidade)** dos residentes no município de Belém, segundo o censo de 2010, é de 74,33 anos. Isto representa um aumento de 3,8 anos em relação ao censo de 2000, cuja longevidade correspondia a 70,50 anos. Já a taxa de fecundidade – filhos por mulher – recuou de 2000 para 2010, passando de 2,0 para 1,7.

Economia e Mercado de Trabalho

O PIB contabiliza o valor dos bens e serviços finais produzidos em um território econômico, uma das mais importantes medidas agregadas. Belém, em 2014, possuía o 2º maior PIB da Região Norte, com um total de R\$ 28,7 bilhões, estando atrás de Manaus, que possuía um PIB bem superior, de R\$ 67,5 bilhões. Na participação do Município no PIB estadual, a capital paraense apresenta o maior PIB do Estado.

Dentro da estrutura produtiva do Município, a participação do setor de serviços é predominante, seguido pelos setores industrial e agropecuário; o valor adicionado de cada um dos três setores no PIB de 2014 foi de 78,77%, 20,94% e 0,29%, respectivamente.

Quadro nº 02 – Produto Interno Bruto, Belém – 2010-2014

Ano	PIB (R\$ MIL)
2010	18.801.039
2011	21.426.847
2012	26.362.015
2013	27.139.286
2014	28.706.165

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

O PIB *per capita* (relação PIB/população) é uma medida muito referenciada quando se trata de avaliar o desenvolvimento de um território. O PIB *per capita* do município de Belém cresceu aproximadamente 55% entre 2010 e 2014, passando de R\$ 12.921 para R\$ 20.034. Comparativamente às demais capitais e ao Brasil, Belém melhorou a posição ocupada, já em relação ao estado do Pará, houve uma piora.

Quadro nº 03 – Produto Interno Bruto *per capita*, por posição, Belém – 2010/2014

Ano	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Posição em relação		
		Às capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
2010	12.921,64	26º	8º	1.969º
2014	20.034,40	24º	12º	1.733º

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2012/2016.

Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Com relação ao município de Belém, o quadro 04 evidencia que entre os primeiros trimestres de 2012 e 2017, frente ao crescimento das pessoas em idade de trabalhar, que passou de 1,10 milhão para 1,19 milhão, houve uma leve redução na proporção de pessoas participando do mercado trabalho, reduzindo a taxa de participação (pessoas na força de trabalho/pessoas em idade de trabalhar) de 62,39% em 2012 para 61,68% em 2017.

No entanto, mesmo havendo redução no número de pessoas disponível para o trabalho, a taxa de desemprego aumentou no Município, indicando que houve uma redução significativa nos postos de trabalho, fazendo com que a taxa de desemprego subisse de 10,43% no primeiro trimestre de 2012 para 14,58% no primeiro trimestre de 2017, maior que a média nacional que ficou em 13,7%.

Em relação ao rendimento, o aumento verificado entre 2012 e 2017, de aproximadamente 52%, foi superior ao observado na média brasileira, que ficou em torno de 48%; entretanto, em termos absolutos, o rendimento médio do trabalhador brasileiro é superior ao pago no município de Belém, registrando R\$ 1.388 e R\$ 2.052, no 1º trimestre de 2012 e 2017, respectivamente.

Quadro nº 04 – Indicadores mercado de trabalho, Belém – 1º trimestre 2012/2017

Indicadores	1º trimestre 2012	1º trimestre 2017
Total de pessoas de 14 anos ou mais de idade	1.106.000	1.190.000
Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho	690.000	734.000
Força de trabalho ocupada	618.000	627.000
Taxa de Participação (%)	62,39	61,68
Taxa de Desocupação (%)	10,43	14,58
Rendimento médio nominal da população de 14 anos ou mais ocupada (R\$)	1.215	1.849

Fonte: IBGE, PNAD Contínua.

Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Habitação

Registra-se, como demonstrado no Quadro nº 05, que do total de domicílios particulares constantes no ano de 2010, mais de 79% eram próprios. Comparativamente, o ano de 2000 registrava 82% de domicílios próprios. Os domicílios alugados apresentaram aumento de 78% entre os anos analisados. A relação entre o número de habitantes e o número de unidades domiciliares em 2010 ficou em 3,78.

Quadro nº 05 – Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio 2000/2010

Ano	Total	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
2000	296.352	244.034	33.799	13.188	5.331
2010	368.877	291.788	60.154	14.551	2.383

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Déficit habitacional básico se refere à soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos. A Secretaria Municipal de Habitação de Belém (2012), partindo da projeção do Déficit Habitacional Básico para o ano de 2007 elaborado por COHAB-PA/IDESP-PA (2009), realizou nova projeção para o ano de 2010, conforme Quadro nº 06.

Quadro nº 06 – Déficit Habitacional Básico absoluto por domicílio, município de Belém, 2000/2010

Município	Déficit Total 2000*			Déficit Total 2010**		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Belém	73.977	73.570	407	69.203	68.822	381

Fonte: IBGE/FJP/IDESP. Elaboração e Cálculo: IDESP/SEPOF.

(*) Déficit baseado nos dados da Fundação João Pinheiro (FJP).

(**) Cálculo da projeção do Déficit Habitacional para 2010 a partir do Cálculo de COHAB-PA/IDESP, 2009 e do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Nota: Utilizou-se o total da FJP para os municípios disponíveis e a redistribuição foi realizada com base nos totais de cada microrregião e dados da BME do IBGE / Censo 2000.

Observa-se redução de 6,5% no déficit habitacional entre os anos 2000 e 2010. Verifica-se, ainda, que o déficit se concentra nas áreas urbanas. Nesse sentido, os componentes do déficit de Belém indicam preponderância de domicílios com famílias conviventes, sendo tal característica recorrente nos anos 2000, 2007 e 2010.

Quadro nº 07 – Estimativa dos componentes do Déficit Habitacional Básico Belém, 2000, 2007 e 2010

Especificação	FJP 2000			Projeção COHAB/IDESP 2007			Projeção DHB 2010			
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	%
Domicílios Improvisados	629	601	28	573	548	26	588	562	26	0,84
Famílias Conviventes	56.652	56.469	183	51.632	51.465	167	52.996	52.852	171	76,37
Cômodos (1)	12.619	12.484	135	11.501	11.378	123	11.805	11.678	126	17,05
Domicílios Rústicos (2)	4.077	4.016	61	3.716	3.660	56	3.814	3.757	57	5,74
TOTAL	73.977	73.570	407	67.421	67.050	371	69.203	68.822	381	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados, 2005.

Notas: (1) Em Belém se considera cômodo os domicílios que se restringem a apenas um compartimento, podendo ser de madeira ou tijolo e localizam-se predominantemente nas áreas subnormais ou bairros de extrema pobreza. (2) O total de domicílios rústicos das regiões, unidades da Federação, inclui as estimativas inferiores a 50 unidades.

Entre 2000 e 2007 houve redução de 8,86% no déficit de Belém. Entretanto, no período de 2007 a 2010 constata-se ligeiro aumento de 2,64%. Dados do Quadro nº 08 indicam, ainda, que o déficit habitacional de Belém no ano de 2010 é expressão, principalmente, de 52.852 famílias conviventes (76,37%) e 11.678 cômodos utilizados como moradia (17,05%).

A inadequação habitacional reflete especificidades internas do domicílio que influenciam na qualidade de vida de seus moradores. Entretanto, não é possível somar os valores identificados para os componentes da inadequação habitacional, isto porque um mesmo domicílio pode apresentar mais de uma situação de inadequação, ocasionando uma múltipla contagem.

Quadro nº 08 – Estimativa dos componentes da Inadequação Habitacional – Belém, 2010

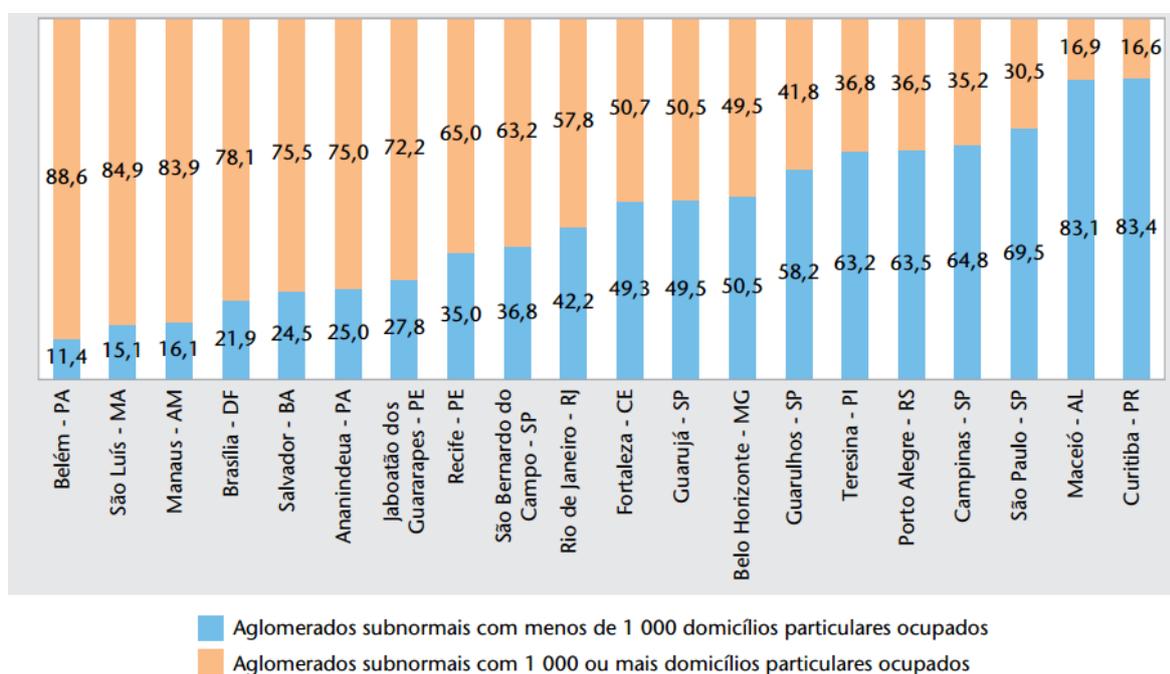
Especificação	Projeção DHB 2010		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Densidade Excessiva	45.422	45.138	284
Inadequação fundiária	24.985	24.782	203
Carência de Infraestrutura (1)	167.195	167.195	1.967
Domicílios sem banheiro (2)	4.348	-	-

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados, 2005; COHAB/IDESP, 2009; IBGE, 2012.

Notas: (1) Casas e apartamentos que não possuem um ou mais dos serviços de infraestrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica, e coleta de lixo. (2) Segundo dado disponibilizado pelo IBGE como resultado parcial do Censo 2010, sem distinguir ainda urbano e rural.

O IBGE, ao investigar os aglomerados subnormais (ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia; urbanização fora dos padrões vigentes e precariedade de serviços públicos essenciais) com 1.000 ou mais domicílios particulares ocupados e aqueles com menos de 1.000 domicílios, indica que Belém figura em primeiro lugar com o maior percentual de aglomerados subnormais com 1.000 ou mais domicílios particulares ocupados entre vinte municípios brasileiros, conforme Gráfico nº 01.

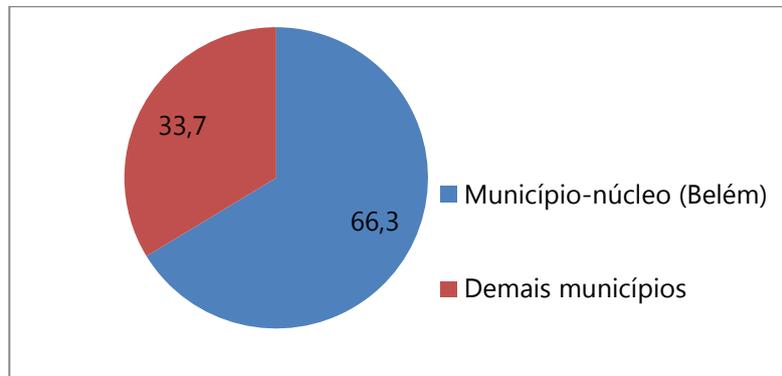
Gráfico nº 01 – Distribuição percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por classes de tamanho dos aglomerados subnormais, segundo os municípios selecionados e respectivas Unidades da Federação – 2010



Fonte: IBGE (2010, p. 32).

Outro dado relevante é que o município-núcleo das regiões metropolitanas brasileiras estudadas pelo IBGE concentra a maior parte dos domicílios em aglomerados subnormais, o que se explica pela alta concentração demográfica e grande oferta de emprego ali presentes. Esse é o caso do município de Belém, conforme Gráfico nº 02.

Gráfico nº 02 – Distribuição percentual dos domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais no município-núcleo (Belém) e demais municípios da Região Metropolitana de Belém.

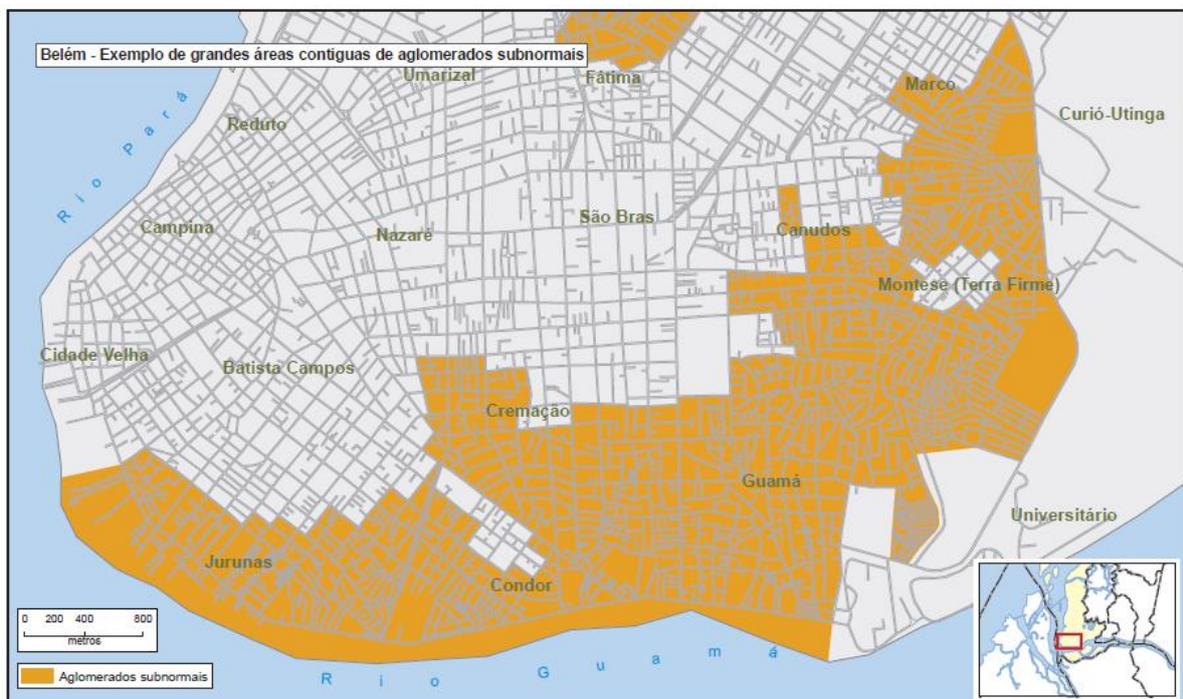


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

As ocupações mais recentes estão afastadas, no norte do município, onde existem grandes ocupações compondo um arco de aglomerados subnormais, como explicitado na Figura nº 01, que estão conurbados com áreas similares em Ananindeua, município vizinho.

Figura nº 01 – Grandes áreas contíguas de aglomerados subnormais



Fonte: IBGE (2010, p. 30).

Atualmente a distribuição de água em Belém é feita por 9 setores operacionais e 2 zonas de expansão, que recebem a água e a transportam para os reservatórios, seguindo pelas tubulações, até chegar nas residências. Conta-se com estações de tratamento (ETAs) abastecidas pelos lagos Bolonha e Água Preta (SANTOS *et al*, 2012).

Entre 2000 e 2010, observa-se aumento de 27,7% no número de domicílios abastecidos através de rede geral de distribuição. Em 2010, o percentual de domicílios atendidos pela rede era de 75,5%. Nesse sentido, Bordalo *et al* (2012), baseados em informação do IBGE/Censo 2010, afirmam que a média nacional de abastecimento pela rede alcança 90%, logo, Belém está abaixo dessa média. Com relação à água tratada, houve aumento considerável desse volume na Região Metropolitana de Belém no período 2005-2010.

Quadro nº 09 – Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água 2000/2010

Ano	Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
2000	296.352	218.066	67.305	10.981
2010	368.877	278.467	75.965	14.428

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

O IBGE considera como adequado o esgotamento sanitário feito através de Rede geral de esgoto ou pluvial e fossa séptica. Essas formas eram utilizadas, em 2010, por 69,2% dos domicílios. Contudo, 30,7% das residências apresentam esgotamento feito de outra forma.

Quadro nº 10 – Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário – 2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Existência de Banheiro ou Sanitário				
		Total ⁽²⁾	Tinham			Não tinham
			Tipo de esgotamento sanitário			
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
2010	368.877	364.510	138.781	113.529	112.200	4.348

Fonte: IDESP/SEPOF - IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

(2) Inclusive os domicílios sem declaração do tipo de esgotamento sanitário.

Considera-se adequado o lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou coletado em caçamba de serviço de limpeza. Partindo desse princípio, 93% dos domicílios belenenses dão destino considerado adequado a seu lixo.

Quadro nº 11 – Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, no Município de Belém – 2010

Total	Domicílios particulares permanentes							
	Destino do lixo							
	Coletado			Queimado no quintal	Enterrado No quintal	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro Destino
Total de coletados	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza						
368.877	347.211	303.942	19.846	5.169	137	5.947	213	439

Fonte: SEGEP, Anuário Estatístico de Belém 2012.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

Por sua vez, quanto ao destino final do lixo coletado, Belém vem se adequando de modo a atender as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encerrando as atividades no Aterro Sanitário do Aurá, para onde o lixo tradicionalmente era levado e causava sérios danos ao meio ambiente e aos moradores das proximidades.

Cultura

A cidade de Belém compõe cenário amazônico e, como tal, apresenta-se como uma área de múltiplas práticas culturais produzidas por uma população que vivencia especificidades históricas, ambientais e socioculturais, a começar por sua origem interétnica enquanto população descendente de europeus, indígenas e negros.

A paisagem sonora local tem dois ritmos/danças que se destaquem como parte da identidade cultural do Pará e de Belém: o carimbó e o brega. O primeiro é fruto de uma mescla de sonoridades indígenas e africanas que tomaram forma na região do Salgado, especialmente nos municípios de Marapanim, Curuçá, Maracanã, tendo também se popularizado na Ilha do Marajó. Por sua vez, o brega é o gênero musical mais tocado nas chamadas “festas de aparelhagens” que fervilham em toda Belém e se concentram especialmente em seus bairros periféricos.

Em Belém as diversas manifestações folclóricas como boi-bumbá, cordão de pássaros e quadrilhas juninas possuem origens remotas e mantêm íntima relação com a história da cidade. São práticas culturais oriundas das classes populares e que expressam simbolismos diversos. Atualmente o bumbá é manifestação presente em vários bairros de Belém e, juntamente com outros folguedos, tem no mês de junho seu período de maior expressão.

A diversidade de artesanato que Belém possui é bastante expressiva. Cotidianamente são confeccionados objetos em miriti, palha, galhos secos, cascas,

raízes, madeira, sementes, bambu, pedras decorativas, fibras regionais, argila, entre outros materiais, vendidos em abundância nas feiras e ruas da cidade.

Como parte integrante desse rico artesanato encontra-se, no Distrito de Icoaraci, o Polo de Produção de Cerâmica Marajoara que, localizado no bairro do Paracuri, constitui um dos grandes atrativos turísticos do Distrito.

Nesse contexto destaca-se, também, a produção e comercialização das essências tradicionalmente conhecidas como “Cheiros do Pará”, produzidas a partir de folhas, raízes e madeiras como patichouli, priprioca, sândalo, cumaru, copaíba, cedro e outras que dão origem a uma rica variedade de perfumes, sabonetes, sachês, óleos, unguentos, e ainda produtos frutos do imaginário popular como “comigo ninguém pode”, “chora nos meus pés”, “amansa corno” que dão graça e leveza no cotidiano de vendas e entretenimentos aos turistas, que frequentam um dos cartões postais da cidade, o Mercado Ver-o-Peso.

Mercados populares são espaços de efervescência cultural onde se concretizam não apenas trocas econômicas, mas também trocas culturais, simbólicas e sociais, constituindo-se em locais de trabalho, lazer e sociabilidade. Além do Mercado Ver-o-Peso, Belém possui outro mercado que merece destaque, o Mercado de São Brás.

O Mercado de São Brás foi construído tendo em vista a grande movimentação comercial gerada pela ferrovia Belém/Bragança, sendo em São Brás o ponto final do trem. Sua construção foi iniciada no dia 1º de Maio de 1910 e concluída em 21 de Maio de 1911. Quanto ao Complexo do Ver-o-Peso, conhecido com a maior feira ao ar livre da América Latina, engloba duas praças (do Pescador e do Relógio), um mercado a céu aberto, constituído por duas feiras (do Açaí e do Ver-o-Peso), uma doca de embarcações, e dois mercados - Mercado de Ferro (venda de peixes) e o Mercado de Carne (antigo Mercado Municipal).

Religião

Quanto à religiosidade belenense, a cidade comporta diferentes religiões, dentre elas e com maior predominância estão: católica, protestante/evangélicas de diversas origens e denominações, espíritas e afro-brasileiras. Podemos encontrar ainda, outras religiões, vindas dos mais diversos lugares do mundo, como o islamismo, o judaísmo (a primeira sinagoga do Brasil independente foi construída em Belém) e o neopaganismo ou o mormonismo.

Quadro nº 12 – Ordenamento da população residente por tipo de religião em Belém/ Brasil- 2010

Religião	Belém	Brasil
Católica apostólica romana	863.109	123.280.172
Evangélicas	397.759	42.275,440
Espírita	21.306	3.848,876
Outras religiões¹	20.229	3.443,359
Testemunha de Jeová	6.465	1.393,208
Umbanda e Candomblé	2.593	-
Budismo	1.924	243.966
Umbanda	1.906	407.331
Judaísmo	1.346	107.329
Candomblé	571	167.363

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Belém sedia a festa religiosa com a maior procissão do Brasil, o Círio de Nazaré, que acontece anualmente no segundo domingo de outubro e que reúne cerca de dois milhões de fiéis. O Círio de Nazaré, em devoção a Nossa Senhora de Nazaré, é também a maior procissão católica do mundo, sendo celebrada desde 1793.

No início do século XX, a Igreja Batista da cidade recebeu dois missionários batistas: Daniel Berg e Gunnar Vingren em busca de fundos para a obra. Os missionários aproveitavam a oportunidade para pregar o pentecostalismo ao qual tinha se convertido ainda nos Estados Unidos. Devido às dissensões, acabaram sendo convidados a se retirarem em 1910, formando sua própria congregação com o grupo que concordava com os novos ensinamentos. Mais tarde essa congregação seria chamada Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a maior igreja evangélica do Brasil e a maior igreja pentecostal do mundo. Assim Belém se tornou o berço da doutrina pentecostal evangélica, sendo palco de grandes eventos religiosos. Depois do catolicismo, a evangélica é a segunda religião mais praticada na cidade e possui um grande número de casas de oração,

A maioria dos judeus em Belém chegaram à cidade no século XIX, oriundos do Marrocos, descendentes dos refugiados da Inquisição na Espanha e em Portugal (1496). Os judeus se dirigiram para a região com intuito de poder praticar sua fé com

¹ Referentes à religião Católica Apostólica Brasileira, Católica Ortodoxa, Hinduísmo, religião não determinada e múltiplo

liberdade e enriquecer com o crescente extrativismo da região, facilitados por ser uma cidade portuária atingida pela carta régia, que abriu os portos do país para nações amigas. Muitos migraram diretamente para Belém, fundando a primeira Comunidade Judaica da Amazônia e do Brasil República, alguns se espalharam no interior ao longo do Rio Amazonas, depois migrando para a capital devido fortalecimento da comunidade.

Em 1824, foi inaugurada a primeira sinagoga do Brasil Império, a "Eshel Abraham", e o primeiro cemitério judaico do país em 1842. Segundo Censo, a capital paraense é o domicílio de 1.346 judeus - o município concentra quase 70% dos judeus do estado - sendo a quinta cidade com o maior concentração no país e a primeira no Norte. A cidade também possui uma comunidade muçulmana, a maioria descendentes de imigrantes, principalmente libaneses. Belém possui uma mesquita, que integra o Centro Islâmico Cultural do Pará. Há também uma pequena comunidade Hare Krishna, que mantém um Centro Cultural que realiza festivais aos sábados, além de outros eventos como palestras.

O Movimento Espírita no Pará teve seus primórdios ainda nos anos de 1800, tendo sido inaugurada a sede da União Espírita Paraense em 1907 e conta hoje com 195 Casas Espíritas adensas a esta federativa estadual e mais inúmeras que atuam de forma independente.

Importante destacar um movimento inter-religioso que existe em Belém deste 2006. O movimento inter-religioso iniciou sua organização na campanha a favor da proibição do comércio de arma de fogo e munição no Referendo de 2006. Um grupo diversificado de representações religiosas, junto com outros movimentos sociais e entidades de luta pelos direitos humanos, promoveu celebrações inter-religiosas e ações articuladas a favor do SIM à proibição da comercialização de armas de fogo e a favor da disseminação da cultura de paz. Desde então, ainda que sem planejamento, o movimento inter-religioso continuou se encontrando em outras atividades de promoção e respeito à diversidade e de denúncia das injustiças sociais e intolerância religiosa.

Educação

O município de Belém segue a tendência do comportamento da taxa de analfabetismo verificada em nível nacional e estadual, em que ocorre uma elevação à medida que aumenta a idade. No entanto, Belém apresenta taxas menores tanto da média nacional quanto da estadual em todos os grupos de idade, denotando o fato

de as capitais normalmente apresentarem melhor nível de desenvolvimento socioeconômico, o que se reflete nos indicadores de educação.

De acordo com o Quadro nº13, houve uma redução nas três esferas e em todos os grupos de idade na taxa de analfabetismo, demonstrando o avanço nos resultados das medidas adotadas com vista a eliminá-lo.

Quadro nº 13 – Taxas de analfabetismo por grupos de idade, Brasil, Pará, Belém, em (%) – 2000/2010

Nível geográfico	Grupos de Idade					
	15 a 24 anos		25 a 59 anos		60 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	5,8	2,5	13,0	8,5	35,2	26,5
Pará	8,3	4,0	17,8	11,8	43,0	34,0
Belém	2,2	1,3	4,6	2,8	16,6	10,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: SEVISA/NUSP - FUNPAPA, 2016.

A taxa de distorção idade-série é o indicador utilizado para medir o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Em 2016, Belém apresentava uma taxa de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, maior que a média das capitais brasileiras, o que é um indicador bastante preocupante.

Quadro nº 14 – Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e médio, Belém – 2016

UF	Capital	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos	Ensino Médio
PA	Belém	25,2	40,0

Fonte: INEP/MEC, 2017.

Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2017.

Outro indicador importante da qualidade educacional brasileira é o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), mensurado conforme o desempenho de alunos das redes pública e privada ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) em exames padronizados. O IDEB leva em consideração a taxa de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) e a média do desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. Segundo os resultados de 2015, que para os municípios são divulgados apenas para o ensino fundamental, o IDEB de Belém para 4ª série ficou em 4,4 pontos e da 8ª série em 3,3 pontos, considerando toda a rede pública; essa pontuação ficou abaixo da média nacional que foi de 5,5 e 4,5 pontos, respectivamente. Quando desagregado de

acordo com a dependência administrativa, o IDEB da rede pública federal é o maior, depois vem a rede pública municipal e, por último, com o pior IDEB do município de Belém, estão as escolas da rede estadual.

Quadro nº 15 – IDEB da rede pública do Município de Belém – 2015

Rede	4ª série/5º ano	8ª série / 9º ano
Pública (Federal, Estadual, Municipal)	4,4	3,3
Federal	6,5	5,8
Estadual	4,3	3,1
Municipal	4,6	4,0

Fonte: INEP/MEC, 2016.

Elaboração: SEVISA/NUSP - FUNPAPA, 2017.

Saúde

Embora pareça à primeira vista um conceito trivial como algo relacionado à ausência de doenças, a saúde é hoje vista a partir de uma perspectiva mais completa, envolvendo o bem-estar físico, mental e social. Este conceito tem como corolário a noção de qualidade de vida que perpassa por um complexo emaranhado de fatores.

O Coeficiente Geral de Mortalidade (CGM) avalia o número de óbitos em determinado local e período em relação à sua população, expressando a ocorrência anual de óbitos em determinada localidade. Em Belém, o CGM se manteve relativamente estável entre 2002 e 2011.

Quadro nº 16 – Coeficiente Geral de Mortalidade (CGM), de residente, no município de Belém - 2002-2011

Ano	Total		
	Óbitos	População	CGM
2002	7.034	1.322.682	5,3
2003	7.167	1.342.201	5,3
2004	7.359	1.361.672	5,4
2005	7.350	1.405.873	5,2
2006	6.908	1.428.368	4,8
2007	7.082	1.451.699	4,9
2008	7.571	1.424.124	5,3
2009	7.643	1.437.604	5,3
2011	7.948	1.437.604	5,5

Fonte: SESMA/SEGEP, Anuário Estatístico do Município de Belém 2012.

A taxa de mortalidade infantil é mensurada a partir do número de óbitos de menores de um ano de idade por cada mil nascidos vivos, na população residente em um determinado local. Essa taxa estima, em linhas gerais, o risco de morte enfrentado pela população infantil do local ao qual ela se refere. O Brasil vem apresentando, nos últimos anos, taxas decrescentes de mortalidade infantil, passando

de 30,10 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 19,60 em 2013. O município de Belém segue esta tendência.

Quadro nº 17 – Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos

Cidade	Ano	
	2000	2012
Belém	28,4	17,3

Fonte: SESMA.

Elaboração: SEVISA/NUSP FUNPAPA, 2017.

No que concerne à cobertura pré-natal, o município apresentou bons índices, principalmente se for comparado com a cobertura da Região Norte e do estado do Pará, onde menos da metade das gestantes tiveram 7 ou mais consultas; em Belém, mais de 60% das gestantes tiveram esse acompanhamento pré-natal mais sistemático, seguindo a tendência nacional.

Quadro nº 18 – Cobertura de consultas pré-natal, Brasil, Região Norte, Pará e Belém – 2011

Área	Cobertura de consultas pré-natal			
	Nenhuma consulta	De 1 a 3 consultas	De 4 a 6 consultas	7 consultas e mais
Brasil	2,72	7,45	27,99	61,84
Região Norte	4,71	15,48	39,82	39,99
Pará	3,88	14,11	42,17	39,84
Belém	2,15	7,31	28,25	62,28

Fonte: DATASUS, 2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/NUSP - FUNPAPA, 2015.

Assistência Social

A Assistência Social, enquanto preocupação oficial do Executivo Municipal de Belém data de 1966, com a instituição em 08 de maio, pelo então Prefeito Stélio de Mendonça Maroja, da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, através do sancionamento da Lei Municipal Nº 6.022, posteriormente alterada pelas Leis nº 7.231 de 14/11/1983 e 7.504 de 08/01/1991.

Como o próprio nome sugere, a FUNPAPA, não fugia à regra da raiz que balizou as iniciativas públicas de assistência social implantadas em todo o país: suas ações eram assistencialistas e focalistas, inicialmente realizadas por funcionários de outras secretarias municipais colocados à disposição e por grupos de mulheres da sociedade que, de boa vontade, prestavam ajuda aos “pobres e necessitados”.

Em sua evolução, passou a adotar como principais estratégias de ação o Plantão Social direcionado à atenção das necessidades imediatas da população e à

realização de Projetos Sociais que, muitas vezes, iniciavam e encerravam a cada nova gestão do Executivo Municipal.

Em 1987, a FUNPAPA é desligada do Gabinete do Prefeito, passando a dispor de dotação orçamentária e de quadro de pessoal próprio. Em meados dessa década (1980), assume o Programa de Creches para atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, responsabilidade que permaneceu até 1997, quando, atendendo determinação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a atenção direta passou para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. Entretanto, a FUNPAPA permaneceu até 2009 financiando a atenção indireta por meio da parceria com apoio técnico e financeiro as organizações da sociedade civil - OSCs.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, a FUNPAPA passa a responsabilizar-se pela execução da medida protetiva “Abrigo”, com a implantação de 04 espaços de acolhimento para crianças e adolescentes, das quais somente 03 permanecem em funcionamento.

A partir de 1993, com a aprovação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), a FUNPAPA passa a se reordenar em acordo com as novas orientações nacionais, implantando as “Casas Famílias”, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o NAF – Núcleo de Atendimento à Família, este para atenção às famílias com histórico de violação de direitos, prioritariamente através do Projeto Sentinela, voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

Em 2004 e 2005, com a aprovação, respectivamente, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ora em vigências, a FUNPAPA, por já possuir todos os requisitos descritos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, adere à Gestão Plena da Política de Assistência Social e, sob orientação nacional, passa a se reordenar, contando atualmente com uma rede composta por áreas de complexidade: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial de Média e de Alta complexidade.

Proteção Social Básica (PSB)

A rede oficial é composta por 12 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, 01 Centro de Convivência para a Terceira Idade (Centro de Convivência Zoé Gueiros), a Coordenação de Inclusão Socioproductiva (CIP) e a Central de Gestão do CadÚnico e Programa Bolsa Família – CCU/PBF. A rede privada contou em 2017, com 10 organizações socioassistenciais de Proteção Social Básica.

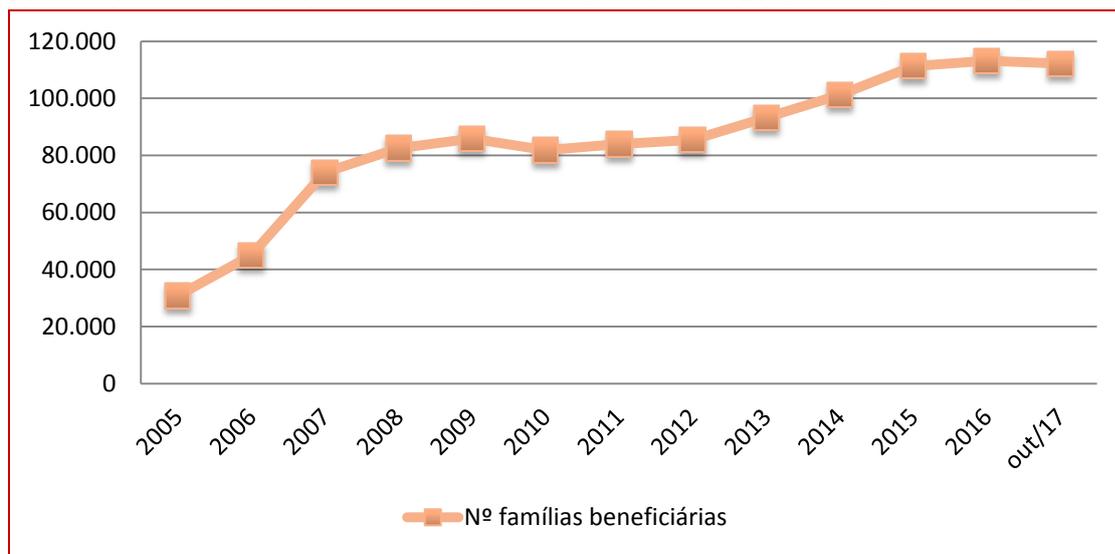
Observa-se que, para o município de Belém, por ser de Porte 3 - Metrópole (mais de 900.000 habitantes), as diretrizes nacionais estabelecem a exigência de um CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas sendo que, considerando a existência, segundo o IBGE 2010, de 143.356 famílias em condições de vulnerabilidade social, Belém necessitaria de um total de 29 CRAS, havendo, portanto, necessidade de implantação de mais 17. Salienta-se que os 12 CRAS em funcionamento realizam apenas dois dos três serviços nacionalmente tipificados: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, necessitando, portanto, implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiências e Idosas.

Observa-se que essa cobertura de Proteção Social Básica, além de pequena, se localiza, majoritariamente, no território continental, havendo apenas dois CRAS na região Insular, ilhas de Mosqueiro e Outeiro, deixando ilha, como Cotijuba, que já possui expressivo contingente populacional e com registro de situações de vulnerabilidade e risco social, bem como as demais 37 ilhas, praticamente descobertas, haja vista a inexistência de **equipes volantes** e veículo específico (lança) para garantia regular de acesso e acompanhamento às famílias.

Na área da formação profissional, a FUNPAPA mantém, desde 2007, o Programa de Inclusão Socioprodutiva, responsável pela articulação de cursos de iniciação profissional às famílias inseridas no CadÚnico, especialmente, as beneficiárias do Programa Bolsa Família. A gestão desse Projeto responsabiliza-se pelo gerenciamento local dos cursos ofertados pelo PRONATEC. Em 2014 a ação foi fortalecida com a adesão, junto ao MDS, ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, cujo objetivo é promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social, envolvendo encaminhamento e acompanhamento dos usuários para acesso ao mercado de trabalho e demais ações de inclusão socioprodutiva.

Quanto aos Programas Federais de Transferência de Renda, a FUNPAPA gerencia o CadÚnico (Cadastro dos Programas Sociais do Governo Federal), com responsabilidade direta pelas exigências locais do Programa Bolsa Família. Em outubro de 2017 foram registradas 178.520 famílias no CadÚnico, e em novembro 2017 o Programa Bolsa Família atingiu a cobertura de 112.203.

Gráfico nº 03 – Volume de famílias beneficiárias do PBF entre os anos de 2005 a 2017



Fonte: Relatórios mensais CCU/PBF.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/NUSP - FUNPAPA, 2017

O Quadro nº 19 demonstra o alcance, em agosto de 2017, do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e a cobertura do Programa Bolsa Família por territorialidade dos CRAS, o que é indicativo, em termos absolutos, de maior ou menor concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Quadro nº 19 – Famílias Inseridas no CadÚnico e usuárias do PBF/por territorialidade dos CRAS, em agosto 2017

Territorialidade de CRAS	Famílias Inseridas no CadÚnico	Famílias Usuárias do PBF	Famílias no CadÚnico com PBF (%)
Aurá	10.965	6.478	59,08
Barreiro	17.511	10.465	59,76
Benguí	20.919	12.884	61,59
Cremação	9.521	5.206	54,68
Guamá	16.114	8.963	55,62
Icoaraci	29.521	18.110	61,35
Jurunas	12.128	7.781	64,16
Mosqueiro	10.273	7.974	77,62
Outeiro	7.236	4.853	67,07
Pedreira	11.529	6.129	53,16
Tapanã	18.661	12.244	65,61
Terra Firme	15.278	9.146	59,86
Total	179.656	110.233	61,36

Fonte: Relatório CCU/PBF, agosto 2017.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/NUSP - FUNPAPA, 2017.

Outra estratégia de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada – BPC em que, embora o processo de habilitação seja de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, o atendimento e

orientação para o início e acompanhamento do processo é de competência dos CRAS e CREAS.

Em Belém, segundo o site do MDS, em Outubro/2017, a cobertura do BPC atingia 54.683 beneficiários, ocorrendo um acréscimo de 93,40% se comparado ao ano de 2005, quando registrou uma cobertura a 28.281 beneficiários, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro nº 20 – Alcance do BPC em Belém – 2005/2017

BENEFICIÁRIOS	2005	2017
Pessoas Idosas	13.562	29.683
Pessoas com deficiência	14.719	25.433
TOTAL	28.281	54.683

Fonte: MDSA, 2017.

Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC)

A rede pública de proteção social especial de média complexidade é composta de 05 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, 02 Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP), 01 Centro Dia de Referência (proteção social especial para pessoas com deficiência). Já a rede privada está composta por 03 organizações da sociedade civil as quais mantiveram de 2014 a 2017, relação de parceria técnico e financeiro com a FUNPAPA para o desenvolvimento do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias.

Em relação ao CREAS, a PNAS estabelece que, para cada 200.000 habitantes, deve ser implantado um CREAS no município. Belém, segundo estimativa IBGE 2017, conta com aproximadamente 1.452.275 habitantes, o que indica a necessidade de 07 CREAS.

Quanto ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, são, respectivamente, desenvolvidos pelo Centro Dia e pelos Centros POP.

É possível notar entre os anos de 2013 e 2014 melhoria na atenção dessa área de complexidade, com a implantação, nesse período, de mais dois CREAS, dois Centros Pop e um Centro Dia, além do que os 05 CREAS passaram a desenvolver o Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, que anteriormente era desenvolvido apenas pelo CREAS Ilka Brandão. Entretanto, o Município ainda necessita ampliar sua rede de serviço, haja vista a

presença crescente de pessoas em situação de rua e o conseqüente envolvimento com álcool e ou outras drogas; a prática do trabalho infantil estimada pelo IBGE 2010 em 6.033 situações; o abuso e exploração de crianças e adolescentes; o cometimento de ato infracional e outras situações emblemáticas e indicativas da presença das mais diversas situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais presentes no chão deste município, descritas no item “aspectos de vulnerabilidades” deste estudo.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC)

A rede pública de alta complexidade compreende 13 espaços socioassistenciais, dos quais 07 são de responsabilidade do Município (04 Espaços de Acolhimento Temporário para crianças e adolescentes, 01 Espaço de Acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica sob ameaça de morte, e 02 Espaços de Acolhimento para pessoas adultas em situação de rua); e 04 de responsabilidade do Estado (02 Unidades de Acolhimento para pessoas idosas, 01 Unidade de acolhimento emergencial para pessoas em trânsito e 01 Unidade de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica). Atualmente, a rede privada não possui parceria formalizada com a FUNPAPA .

Nota-se que, desde suas implantações, os Espaços de Acolhimento de crianças e adolescentes mantidos pela FUNPAPA, apesar de zelarem pelo princípio disposto no ECA relativo ao “atendimento personalizado e em pequenos grupos” (cada casa atende até 20 crianças e adolescentes ao dia), feria outro importante princípio estatutário, o “não desmembramento de grupos de irmãos”, sendo as casas divididas por sexo e faixa etária.

Diante dessa realidade, a FUNPAPA elaborou, em 2014, o **Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens – Fundação Papa João XXIII** que, balizado nas orientações da Política Nacional e na realidade local, propõe o reordenamento, a partir de 2015, dos espaços já existentes e a transformação da Casa de Passagem para Crianças e Adolescentes em mais um Espaço de Acolhimento temporário, garantindo com isso o atendimento de todas as faixas etárias sem diferenciação de gênero, bem como a municipalização do atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, tradicionalmente efetivado pela esfera estadual por meio do Espaço de Acolhimento Provisório Infantil – EAPI. Nesse documento está predito a implantação de: Serviço de Acolhimento Institucional Casa-Lar, Serviço de Acolhimento em República e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

No Quadro nº 21, demonstra-se as proposições do Plano de Acolhimento² para a implementação da rede de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens. Observa-se que foi acrescentado ao quadro original um item no qual se visualiza a situação atual de cada proposição.

Quadro nº 21 – Rede de Acolhimento Institucional com previsão da expansão dos serviços de acolhimento

Nº	Serviço/Espaço de Acolhimento	Capacidade	Faixa etária	Perfil	Situação Atual (2017)
01	Euclides Coelho Filho	20 crianças	0 a 6 anos incompletos	Crianças de ambos os sexos, grupos de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
02	Ronaldo Araújo	20 adolescentes	12 a 18 anos incompletos	Adolescente de ambos os sexos, grupos de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
03	Dulce Accioli	20 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupos de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
04	Recomeçar	20 crianças e adolescentes	07 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupos de irmãos	Espaço de acolhimento, após reordenamento da Casa de Passagem.
05	República	06 usuários	12 a 21 anos incompletos	Jovens egressos do serviço de acolhimento institucional, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem meios para autossustentação.	Não implantado
06	Serviço de Acolhimento Provisório – Casa Lar	10 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupos de irmãos	Não implantado
07	Serviço de Família Acolhedora	15 famílias para atender no mínimo 15 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupo de irmãos	Não implantado

Fonte: FUNPAPA, Plano de Acolhimento 2014.

Elaboração: Proteção Social Especial de Alta Complexidade 2014.

Quanto ao Acolhimento Institucional de pessoas em situação de rua, a FUNPAPA disponibiliza 90 vagas/dia através da manutenção de dois espaços de acolhimento – CAMAR I e CAMAR II, entretanto, de acordo com avaliação

² FUNPAPA. **Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens**. Belém, 2014.

institucional, esse quantitativo não é suficiente para fazer frente ao fenômeno social apresentado. Em 2014 a Universidade Federal do Pará – UFPA realizou pesquisa **A População em Situação de Rua em Belém do Pará e Ananindeua**, na qual foram identificadas 478 pessoas em situação de rua no Município.

Registra-se ainda, nessa área de complexidade, a inexistência de espaços importantes e necessários para a composição da rede, tais como: República para Pessoas em Situação de Rua e Serviço de Acolhimento de Longa Permanência para Pessoas Idosas e para Pessoas com Deficiência. Esses dois últimos ainda são mantidos pela esfera estadual, necessitando, portanto, de serem municipalizados de modo a cumprir o princípio constitucional da descentralização político-administrativa (CF. Art. 204, I).

No que concerne ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências – SICAPE, reordenado em 2012, observa-se que ainda apresenta fragilidades, pela ausência de espaço físico próprio e de equipe funcional específica que possibilite melhor acolhimento e atendimento das famílias atingidas.

No quadro 22 é possível fazer a visualização de todos os serviços mantidos pelo Município de forma direta e por meio de parceria com a rede socioassistencial.

Quadro nº 22 – Demonstrativo dos Serviços Socioassistenciais desenvolvidos no Município pela rede pública e privada (parceria) em 2017

Nível de Proteção	Serviço Socioassistencial	Equipamento Socioassistencial	Esfera Administrativa
Proteção Social Básica	1)Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	12 CRAS Municipais (Aurá, Barreiro, Benguí, Cremação, Guamá, Icoaraci, Jurunas, Mosqueiro, Outeiro, Pedreira, Tapanã e Terra Firme)	Pública
		12 CRAS (Aurá, Barreiro, Benguí, Cremação, Guamá, Icoaraci, Jurunas, Mosqueiro, Outeiro, Pedreira, Tapanã e Terra Firme)	Pública
	2)Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CC Zoé Gueiros	Pública
		Associação Comunitária do Tapanã	Privada
		Associação dos Amigos da Terra Firme	Privada
		Centro C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	Privada
		Centro Comunitário São Paulo	Privada
		Centro S. da C/A Santa Edwiges	Privada
		Sociedade B. C. Cristo Redentor	Privada
		Lar de Maria	Privada
		Lar Fabiano de Cristo	Privada
		Sociedade Comunitária São J. Batista	Privada
Sociedade Unidos Venceremos	Privada		
Proteção Social Especial de Média Complexidade	1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	05 CREAS Municipais (Marialva Casanova, Ilka Brandão, José Carlo P. Dias, Manoel Pignatário, Rosana Campos)	Pública
	2)Serviço	05 CREAS Municipais (Marialva Casanova, Ilka	Pública

Proteção Social Especial de Alta complexidade	Especializado em Abordagem Social	Brandão, José Carlo P. Dias, Manoel Pignatário, Rosana Campos)	
	3)Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	Nos 05 CREAS Municipais (Marialva Casanova, Ilka Brandão, José Carlo P. Dias, Manoel Pignatário, Rosana Campos)	Pública
	4)Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.	Centro de Referência para Pessoa Com Deficiência – Centro Dia	Pública
		Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Privada
		Instituto Felipe Smaldone	Privada
		Serviço de Atendimento em Reabilitação – SABER	Privada
	5)Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro Pop	Pública
	1) Serviço de Acolhimento Institucional	E A Euclides Coelho Filho (0 a 06 anos)	Pública
		E A Recomeçar (07 a 18 anos)	Pública
		E A Ronaldo Araújo (12 a 18 anos)	Pública
		E A Dulce Accioli (12 a 18 anos)	Pública
Casa Abrigo para Moradores Adulto de Rua I		Pública	
Casa Abrigo para Moradores Adulto de Rua I		Pública	
Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (mulheres e filhos até 17 anos)		Pública	
2) Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergência	Sede Administrativa da FUNPAPA	Pública	

Fonte: NUSP – FUNPAPA 2017.

Infraestrutura Física e de Pessoal

Para realização dos Serviços, Programas e Projetos dos três níveis de complexidade, a FUNPAPA dispõe, em dezembro de 2017, de uma infraestrutura física composta por 33 espaços socioassistenciais, dos quais apenas 08 são próprios, 25 são alugados.

Observa-se que a rede física mantida pela FUNPAPA necessita, via de regra, de intervenções, especialmente nos quesitos acessibilidade, disposição espacial e tamanho, de modo a comportar todos os serviços, garantir o sigilo ético e possibilitar um acesso e acolhimento mais humanizado. Essa realidade é indicativa da necessidade de construção de espaços próprios capazes de assegurar, entre outros, os princípios da inclusão e equidade.

Quanto à estrutura de pessoal, o quadro a seguir demonstra um total de 830 servidores, número considerado insuficiente para a demanda que acessa, diariamente, os serviços socioassistenciais desenvolvidos pela FUNPAPA. Ressalta-se que no Plano Municipal 2014 – 2017 havia 979 servidores registrados no quadro de pessoal, 149 a mais que neste documento.

Quadro nº 23 - Quadro de pessoal da FUNPAPA

Situação Funciona	Total
Efetivos	699
DAS	60
Conselheiros Tutelares	42
Contratados	29
Total	830

Fonte: FUNPAPA/DRH.
Ref.: dezembro/2017

Apesar de contar com 84,21% de profissionais efetivos, a FUNPAPA necessita de capital humano, em especial para a composição das equipes de referência (assistente social, psicólogos, pedagogos e educadores sociais) e de apoio operacional (auxiliar de serviços gerais e auxiliar de copa e cozinha) para os serviços dos três níveis de complexidades, que vivenciam um déficit, segundo estudos da instituição, na ordem de 29,32% do total atual, sendo, em termo absoluto, 63 apenas entre assistentes sociais e psicólogos. Observa-se que, em doze anos de existência do SUAS, a FUNPAPA realizou apenas 01 (um) concurso público (em 2012) por meio do qual contratou novos profissionais, o que ainda é insuficiente frente ao expressivo crescimento das ações socioassistenciais nos últimos 12 anos.

3.2 Um olhar sobre a população demandante da Política de Assistência Social

Para entender a dinâmica da cidade, suas questões mais latentes e suas vicissitudes, se faz necessário conhecer os temas que afetam diretamente o cotidiano das pessoas e de seus territórios. O conhecimento da cidade serve de orientador para o planejamento das políticas públicas, e como objeto de análise de sua constituição e desenvolvimento. É necessário, portanto, apreender, sobretudo, a essência daqueles que ora são considerados público prioritário da Política de Assistência Social, por demandarem questões específicas, reflexo da permanente violação de direitos que ainda os atingem de maneira significativa.

Nesta seção documento apresentamos referências sobre as principais demandas da política, a saber: crianças, adolescentes, jovens mulheres, pessoas

idosas, pessoas em situação de rua, pessoa com deficiência, população LGBT, população ribeirinha, as quais o Município vem se estruturando para atender a partir de legislações e orientações técnicas. Contudo, é fundamental que o Município possa se preparar para as novas demandas que se apresentam, cotidianamente, reflexo da questão social, a exemplo dos povos refugiados e imigrantes, que buscam cada vez mais os serviços da assistência social.

Crianças, adolescentes e jovens

Dentre os segmentos sociais extremamente vulneráveis é impossível deixar de pontuar as crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Dia após dia nossa população infanto-juvenil é vítima de um amplo espectro de violências, muitas delas culminando na morte por assassinato, após uma trajetória de vida marcada por desproteções. Segundo Waiselfisz (2015b), no período de 1980 a 2013, as causas externas de mortalidade (acidentes, suicídios, homicídios, etc.) infanto-juvenil aumentaram radicalmente, quando os homicídios passaram de 0,7% para 13,9% no total de mortes de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade. Observando o Quadro 24 constata-se que, em 2012, as maiores taxas de homicídios no país concentram-se nas faixas etárias de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Isso torna latente a extrema vulnerabilidade enfrentada pelas crianças e adolescentes no Brasil.

Quadro nº 24- Número e taxas de homicídio (por 100 mil), segundo Faixa Etária, Brasil, 2012

Faixa Etária	Homicídios	
	Número	Taxa
Menor 1 ano	120	4,2
1 a 4 anos	83	0,7
5 a 9 anos	125	0,8
10 a 14 anos	743	4,3
15 a 19 anos	9.295	53,8
20 a 24 anos	11.744	66,9
25 a 29 anos	9.658	55,5
30 a 39 anos	12.961	43
40 a 49 anos	6.438	25,5
50 a 59 anos	2.989	16
60 a 69 anos	1.329	11,5
70 anos e +	851	9,1
TOTAL	56.336	29

Fonte: Mapa da Violência 2014

É notório que as crianças e jovens negros, pobres e periféricos são especialmente vulneráveis. Devido a preconceitos e estigmas esses marcadores

sociais tendem a invisibilizar tal contingente populacional ou, tão ruim quanto, fazem com que esse segmento social passe a constituir um grupo homogêneo que seria potencialmente perigoso, levando a cenários onde se promove a criminalização da juventude negra e empobrecida.

Na capital paraense, em 2011, foram 384 homicídios de jovens, número superado em 2012, quando foram assassinados 411 jovens. No quadro abaixo se apresentam as taxas de homicídios juvenis nas capitais brasileiras nos anos de 2002 e 2012. No intervalo de uma década, Belém teve um aumento de 42 pontos percentuais na taxa de homicídio, saindo da 20ª posição (59,8%), em 2002, para a 12ª (101,8%) em 2012. São mais de 100 homicídios por 100 mil jovens.

Quadro nº 25- Ordenamento das Capitais por Taxas de Homicídio Juvenis (15 a 29 anos de idade), Brasil, 2012.

Capitais	2002		2012	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Maceió	124,7	4º	218,1	1º
João Pessoa	83,5	14º	177,8	2º
Fortaleza	59,9	19	176,6	3º
Vitória	182,3	2º	140,7	4º
Salvador	48,8	24º	138,5	5º
São Luís	35,3	25	119,9	6º
Aracaju	110,2	7º	118,1	7
Natal	28,2	27º	117,6	8
Recife	195,8	1º	116,2	9º
Manaus	49,4	23º	108,3	10
Goiânia	70,1	15º	106,2	11
Belém	59,8	20º	101,8	12º
Porto Alegre	88,1	11º	97,3	13
Belo Horizonte	92,6	9º	91,9	14
Curitiba	69,2	16º	86,1	15º
Cuiabá	100	8º	83,5	16
Macapá	85,4	12º	82,5	17º
Teresina	53,4	21º	76	18
Brasília	68,4	17º	74,5	19º
Porto Velho	118,8	5º	70	20º
Rio Branco	88,5	10º	55	21
Boa Vista	84,6	13º	52,8	22
Rio de Janeiro	136,4	3º	42,4	23
Palmas	28,4	26º	40,5	24º
Campo Grande	60,7	18º	36,4	25
Florianópolis	51,1	22º	33,9	26
São Paulo	111,2	6º	28,7	27

Fonte: Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil.

Elaboração: SEVISA/ NUSP, 2017.

Em relação a violência física e sexual, em 2016 o município de Belém registrou 284 casos de violência contra crianças e adolescentes, notificados apenas na Santa Casa de Misericórdia de Belém. Desse total, 191 casos eram de violência sexual, dos quais acometidos por pessoas da rede de sociabilidade das vítimas. Tal situação remete a necessidade dos equipamentos socioassistenciais traçarem estratégias que colaborem na prevenção das situações de violência contra crianças e adolescentes, envolvendo, sobretudo as famílias e a comunidade em geral nesse debate.

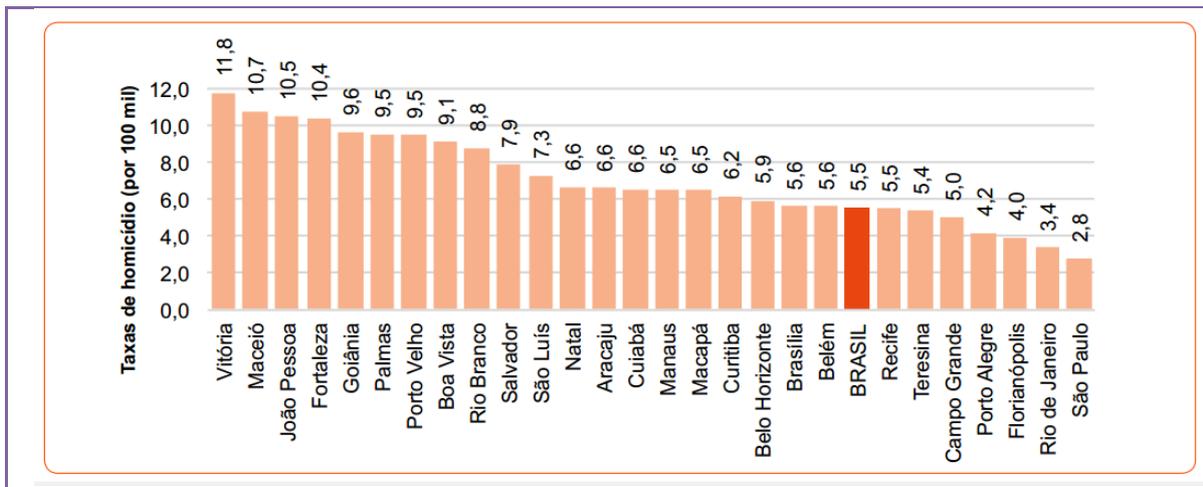
Mulheres

A violência contra as mulheres é outra incontestável e triste realidade verificada, cotidianamente, no Brasil. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, a cada uma hora, 503 mulheres foram vítimas de agressão física no país. Desse total, 63% eram pretas ou pardas. A partir desse cenário, um conjunto de políticas públicas, fruto de demandas sociais, tenta transformar esse quadro sociocultural historicamente construído, no qual as mulheres assumem a imagem de alguém sem direitos ou com direitos inferiores aos dos homens.

Como marco dessas políticas deve-se mencionar a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006) que cria mecanismos para reprimir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar e estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência; e a Lei do Feminicídio (Nº 13.104, de 9 de março de 2015), que prevê o crime de feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o inclui no rol dos crimes hediondos.

Os dados estatísticos permitem visualizar o universo de violências contra as mulheres no cenário brasileiro, onde, segundo Waiselfiz (2015a), entre 2003 e 2013, o número de vítimas de homicídio do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. O gráfico a seguir apresenta a taxas de homicídio de mulheres nas capitais brasileiras em 2013.

Gráfico nº 04: Ordenamento das capitais, segundo taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil, 2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

O gráfico demonstra que, em 2013, Vitória e três capitais nordestinas (Maceió, João Pessoa e Fortaleza) apresentaram as mais elevadas taxas de homicídio de mulheres. Observa-se também que Belém apresentou uma taxa de homicídios de mulheres de 5,6%, bem próxima à taxa nacional que foi de 5,5%. Em 2012 a capital paraense teve uma taxa de 7,6% (5ª posição entre as capitais), logo, entre os dois anos, houve uma redução da taxa, fazendo com que a cidade passasse a ocupar a 20ª colocação. Importa ressaltar que tais dados se tratam de estatísticas oficiais, não representando, plenamente, a totalidade dos casos ocorridos.

Considerando o leque de violências enfrentadas pelas mulheres, a Secretaria Municipal de Saúde de Belém contabilizou, no ano de 2016, um total 1.479 notificações de violência, com modalidades tais como: violência sexual, psicológica, econômica, física, tortura, negligência, abandono, tráfico de seres humanos etc. Grande parte dessas violações ocorreu mediante uso de ameaça e força corporal/espancamento, bem como com objetos perfuro-cortantes. Os principais agentes agressores foram amigos/conhecidos, cônjuges e ex-cônjuges. Esse perfil reflete um panorama nacionalmente verificado.

Pessoa Idosa

Inúmeros países estão passando por um intenso processo de transição demográfica que é caracterizado por um aumento significativo de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Desde os anos de 1970, no Brasil, se verifica um significativo crescimento do quantitativo de pessoas nessa faixa etária. Estimativas descrevem que, em 2025, o Brasil ocupará o sexto lugar no quantitativo de idosos, alcançando cerca de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Em 2050, as crianças de 0 a 14

anos representarão 13,15%, sendo que a população idosa alcançará os 22,71% da população total (IBGE, 2013; FERNANDES, 2015).

Na Região Norte, segundo IBGE (2014), a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade alcançou, em 2013, o percentual de 8,8%, enquanto que o Pará apresentou 9,5% da sua população composta por pessoas desta faixa etária. A região metropolitana de Belém apresentou o total de 10,7%.

No quadro a seguir é possível acompanhar a evolução da população idosa em Belém entre os anos 2000 e 2010. Observa-se, no período de uma década, um aumento de 46,2% da população idosa, com os maiores quantitativos na faixa etária de 60 a 69 anos.

Quadro nº 26- População idosa em Belém por grupo de idade, 2000-2010

Grupo de Idade	Ano	
	2000	2010
60 a 64 anos	28.805	42.185
65 a 69 anos	21.630	30.970
70 a 74 anos	16.356	23.003
75 a 79 anos	10.311	15.498
80 a 89 anos	9.816	15.068
90 a 99 anos	1.779	3.004
100 anos ou mais	163	201
Total	88.860	129.929

Fonte: IBGE, 2000/2010

Elaboração: SEVISA/NUSP - FUNPAPA, 2017

A ferramenta CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico- indica, em junho de 2017, um total de 30.827 pessoas idosas inscritas no CadÚnico. Ressaltando-se que o perfil de inscrição são famílias de baixa renda, que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou até 3 salários mínimos de renda mensal total. Salienta-se também que, do total de inscritos, 8.008 idosos são beneficiários do Programa Bolsa Família, fato que indica a situação de pobreza e de extrema pobreza desse contingente.

O envelhecimento não é sinônimo de dependência, mas a velhice é uma fase da vida que demanda cuidados diferenciados devido às peculiaridades apresentadas, sendo, para muitos, uma fase de maior vulnerabilidade social, biológica, ambiental e familiar. Assim, a demanda crescente de idosos desperta uma necessidade de reestruturação nas redes de atenção com ações intersetoriais e integrais. Nesse sentido, o município de Belém necessita ter uma política pública para o idoso que atenda às necessidades básicas pontuadas no Estatuto do Idoso. No âmbito da Política de Assistência Social é fundamental efetivar o processo de municipalização

do Espaço de Acolhimento de Longa Permanência para a Pessoa Idosa, que ora ainda está sob responsabilidade do Governo Estadual

População em situação de rua

De acordo com o relatório do primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua (BRASIL, 2005), a caracterização dessa população ficou definida, como: grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelido a utilizar a rua como espaço de moradia.

Com os processos de avanço do modo de produção capitalista, a situação econômica e social de muitos indivíduos vem sendo, cotidianamente, alterada. A cada ano, mais indivíduos utilizam as ruas como espaço de sobrevivência. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, de 2015, somente em São Paulo, 15.905 (quinze mil, novecentas e cinco) pessoas viviam nas ruas, retratando como a lógica da desigualdade social contribui com a exclusão social.

Entre os anos de 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, realizou, uma pesquisa em 71 (setenta e uma) cidades brasileiras com população superior a 300 (trezentos) mil habitantes, incluindo as capitais (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Os dados foram divulgados em 2008 revelando que, havia 31.922 (trinta e um mil, novecentos e vinte e dois) indivíduos que já utilizavam as ruas como moradia.

A pesquisa apontou os municípios brasileiros que mais possuíam, entre 2007 e 2008, pessoas em situação de rua: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza (1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563).

No período de agosto de 2007 a março de 2008, outra pesquisa foi realizada através de parceria do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Tal pesquisa teve abrangência nacional, englobando 23 (vinte e três) capitais e 48 (quarenta e oito) municípios com mais de 300.000 habitantes.

Essa pesquisa apontou que em Belém havia 403 (quatrocentas e três) pessoas em situação de rua. Deste total, a população masculina era predominante, representando 85%. A metade, 50,1% das pessoas em situação de rua adultas entrevistadas se encontrava na faixa etária de 25 e 44 anos.

Em 2014, a Universidade Federal do Pará – UFPA, em convênio com a Secretaria Estadual de Assistência, Trabalho e Renda – SEASTER, realizou pesquisa, nos municípios de Belém e Ananindeua, para isso, utilizou a técnica metodológica de georeferenciamento. O resultado apontou a existência de 583 (quinhentas e oitenta e três) pessoas em situação de ruas no território dos dois municípios. Destes 83,7% eram pessoas do sexo masculino, com faixa etária de 10 a 17 anos, 1,5% de 18 a 29 anos, 42,9% de 30 a 44 anos, 37,2 % de 45 a 59 anos, 14,9% e acima de 60 anos representavam 3,4%. Dessas pessoas 82,9 % vivem em Belém e 18% em Ananindeua.

A FUNPAPA, no entanto, atendeu, conforme o quantitativo de nomes informados, precisamente, **822** pessoas em situação de rua, em seus 09 equipamentos socioassistenciais, sendo 05 CREAS, 02 Centros Pop e 02 Espaços de Acolhimentos (CAMAR I, CAMAR II).

Observa-se, em acordo com o volume demonstrado no quadro 27, um acréscimo de 72% em relação ao total identificado na pesquisa realizada pela UFPA em 2014 e de 104% se comparada à pesquisa de 2007.

Quadro nº 27 – Pessoas em situação de rua identificadas no município de Belém em 2007, 2014 e 2015 – 2016

MDS/2007	UFPA/2014	FUNPAPA/ 2015-2016
403	478	822

Fonte: MDS, UFPA, Espaços Socioassistencias/FUNPAPA.

Elaboração: SEVISA/FUNPAPA, 2018.

É importante destacar que o recorte presente nos dados da FUNPAPA: *pessoas em situação de rua atendidas em 09 espaços socioassistenciais*, poderia fazer com que o quantitativo de pessoas identificadas fosse inferior ao da pesquisa da UFPA, pois os dados dos pesquisadores da Universidade foram coletados diretamente nos logradouros públicos e não somente em equipamentos que ofertam atendimento a esse contingente populacional. Por outro lado, há que se considerar o lapso temporal de dois anos de atendimento que compôs a coleta das informações do presente estudo.

Do universo de 822 pessoas identificadas, 79% eram do sexo masculino, contra 21% do sexo feminino. Essa predominância do sexo masculino também foi constatada na pesquisa realizada pela UFPA cujos percentuais foram 83,7% do sexo masculino e 16,3% do sexo feminino.

Até meados da década de 1990, a população em situação de rua, nas grandes cidades, era invisível quanto ao atendimento público e não havia política específica

para atendimento deste segmento populacional. Após alguns anos ocorrendo vários acontecimentos voltados para a causa das pessoas em situação vulnerável de rua como seminários, congressos e fóruns, uma grande vitória foi alcançada em 2014, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004) que integrou a Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua.

Por fim, todas as conquistas normativas e tantas outras tem sua importância aplicada atualmente na medida em que, orienta gestores e trabalhadores da assistência no desenvolvimento e execução do serviço. Contudo, se houve avanços concernente a Política de Assistência Social, o mesmo não é observado por outras políticas públicas, o que compromete, significativamente, o trabalho executado junto ao seguimento.

Pessoas com deficiência

De acordo com o IBGE no Brasil existem **45,6 milhões de pessoas com deficiência** e, de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD, da qual o Brasil é signatário, pessoas com deficiência são àquelas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em contato com diferentes barreiras, limitam sua participação na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Muitas dessas pessoas, além da deficiência, se encontram em situação de dependência haja vista que, pelas suas peculiaridades, enfrentam dificuldades em transpor no seu dia-a-dia as inúmeras barreiras naturais ou impostas pelo homem. Situação que exige das Políticas Públicas intervenções especializadas, no sentido de possibilitar o acesso a direitos essenciais.

Com esse entendimento a Política Nacional de Assistência Social estabelece a EQUIDADE como um de seus princípios, no sentido de garantir a igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação de qualquer natureza. A igualdade entre os diferentes torna-se, assim, um propósito da Política em relação a todos os segmentos sociais que, de uma forma ou de outra, encontram dificuldades no acesso aos direitos básicos e especiais.

Por sua vez, na tentativa de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, o Governo Federal, na condição de signatário da CDPD, instituiu em 17.11.2011 o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – **PLANO VIVER SEM LIMITES** do qual faz parte a implantação de **CENTROS DIA DE REFERÊNCIA**.

Corroborando com essa medida, a Tipificação Nacional dos Direitos Socioassistenciais, estabelece o “**Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias**”, cuja oferta é prevista para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em Unidades Especializadas Referenciadas ao CREAS, no domicílio do usuário e em **Centros Dia**.

O município de Belém, também, trouxe para si essa responsabilidade ao assinar, em 27.06.2013, o Termo de Adesão junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, assegurando a implantação de seu primeiro Centro Dia.

Ressalte-se que em Belém, cuja população segundo o IBGE/2010 é na ordem de 1.393.399 (um milhão, trezentos e noventa e três mil, trezentos e noventa e nove) habitantes, foram constatadas, também pelo IBGE/2010, 508.946 situações de deficiência dentre as quais, 15.679 são deficiência de ordem mental/intelectual e, dentre as deficiências de ordem auditiva, motora e visual, 90.166 são categorizadas como “grandes dificuldades”; 10.013 categorizadas como “não conseguem de modo algum” e 393.088 categorizadas como “alguma dificuldade”.

Por sua vez, segundo o site do MDS, em 06 de agosto de 2013 o município de Belém já possuía 19.275 pessoas com deficiência usuárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, dos quais 1.840 são crianças (0 a 11 anos), 2.114 são adolescentes (12 a 17 anos), 2.735 são adultos (30 a 59 anos) e 8.671 são pessoas idosas (maiores de 60 anos).

Apesar desse cenário, constata-se, neste Município, a existência de uma rede social pública ainda bastante frágil e insuficiente para atendimento das pessoas com deficiência, especialmente, as que vivenciam em seu cotidiano situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social. A limitação de tecnologias assistivas ainda é uma realidade bastante perceptível pelas insuficientes medidas de acessibilidades nos logradouros e vias públicas, nos transportes urbanos, nas repartições públicas e nas instituições especializadas de saúde e reabilitação, o que, por si, limita o ir e vir dessa população, gerando, muitas vezes, o isolamento e, até mesmo, seu esquecimento.

Diante dessa realidade, e considerando que muitas situações vivenciadas pelas pessoas com deficiência e suas famílias aumentam o risco por violação de direitos sociais, tanto da pessoa com deficiência quanto dos cuidadores familiares, a **FUNPAPA** implantou, no ano de 2013, seu primeiro **Centro Dia de Referência**.

o tema não é prioridade para setores como política e infraestrutura. “A situação geral está melhorando, mas é regular. Falta interesse. Os estabelecimentos

particulares, por exemplo, não percebem a pessoa com deficiência como público, que precisa de atendimento específico”. Nesse sentido, tal temática precisa ser observada com mais cuidado na perspectiva do avanço de políticas que possam contribuir com a ruptura das diferentes barreiras que impedem a convivência de pessoas com deficiência na vida da cidade.

População LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

Na intenção de construir um SUAS atento as demandas de grupos vulneráveis é necessário também fazer um recorte considerando a diversidade sexual e de gênero presente na capital paraense. Em Belém, assim como no Brasil, a população LGBT enfrenta, desde a infância até à velhice, violações de direitos e preconceitos. Por serem vítimas de múltiplas violências, a própria expectativa de vida de pessoas transexuais e travestis giram em torno de, apenas, 30 anos de idade. Segundo relatório elaborado pela ONG Grupo Gay da Bahia, em 2016, em todo país, foram 343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) assassinados, aumentando para 445 em 2017 (um crescimento de 30%). A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que torna o Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.

Ainda conforme aquele relatório, em 2016 predominaram as mortes de LGBT entre 19-30 anos (32%), logo, em plena idade produtiva. Menores de 18 anos representaram 20.6% dos mortos, demonstrando a rapidez da iniciação homoerótica e enorme vulnerabilidade de nossos/as adolescentes, em especial das jovens travestis e transexuais profissionais do sexo. 7,2% das vítimas eram pessoas idosas. A média de assassinatos de LGBT no Brasil é de 1,69 por um milhão de habitantes, sendo que a Região Norte registrou quase o dobro: 3,02 para um milhão.

Segundo agências internacionais, mais da metade dos homicídios de transexuais do mundo ocorrem no Brasil. Em 2013, foram registradas pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos (BRASIL, 2016). Ressalta-se ainda que esses números são sub-registrados, tendo em conta o próprio preconceito institucional e a falta de um marco legal que regulamente a punição de atos discriminatórios contra a população LGBT, aprofundando a dificuldade de realização de diagnósticos estatísticos desta natureza.

Nessa perspectiva, segundo IBGE (2012), no ano de 2011, entre todos os municípios brasileiros, somente 486 (8,7%) desenvolviam políticas, programas ou ações voltados ao enfrentamento à violência contra o segmento LGBT. Na Região Norte apenas 41 municípios (9,1%) efetivavam políticas com essa temática. Diante

desse panorama, no campo da assistência social cabe também a implementação de ações, em todas as complexidades, voltadas a essa população historicamente desrespeitada em seus direitos humanos, para que, assim, possam exercer plenamente sua cidadania.

Populações tradicionais locais: ribeirinhos

Outro grupo que apresenta singularidades que amplificam suas vulnerabilidades e riscos são as populações ribeirinhas de nossa cidade. Ribeirinhos são grupos humanos residentes, em sua maioria, às proximidades de rios, igarapés, furos, etc e que possuem uma dinâmica de vida entrelaçada com esses elementos naturais. O ciclo de vida desses povos (reprodução social e cultural, organização familiar, temporalidade, sociabilidade) se confunde com o ciclo das águas (enchentes e vazantes), tornando muitos desses homens e mulheres exímios manejadores dos recursos naturais disponíveis (fauna aquática e terrestre, flora etc) e produtores de saberes técnicos e artesanais *sui generis*. Somando-se a esses fatores, cabe compreender o “ribeirinho” enquanto categoria política que pode ser acionada na luta por direitos sociais.

No Censo Demográfico (IBGE, 2010) não há uma contagem específica sobre o número de famílias ribeirinhas no Município. Tomando-se como aproximação o número de pessoas que trabalhavam na agropecuária, serviços florestais, caça e pesca o número é de 5.051 pessoas. Considerando ainda que, em geral, as ilhas de Belém são tomadas como áreas rurais, o Censo 2010 indica uma população rural de 11.924 pessoas. Por outro lado, de acordo com a ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico- CECAD, no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), até maio de 2017, estavam listadas 4.172 famílias classificadas como ribeirinhas no município de Belém, somando 12.102 pessoas. Dessa forma, importa frisar que também sobre as sociedades ribeirinhas constata-se uma preocupante carência de dados estatísticos oficiais, fato que, por si só, prejudica a elaboração de políticas públicas interculturais garantidoras de qualidade de vida.

O universo de práticas e ambientes dos povos amazônicos faz com que as noções de urbano e/ou rural não consigam definir os grupos ribeirinhos, os quais, em muitos casos, localizam-se num ponto de interseção entre essas noções. Nesse sentido, muitas comunidades ribeirinhas locais mantêm uma estreita relação com a porção continental belenense, realizando trocas comerciais (venda de açaí, camarão, pescados, artesanato etc) e culturais. Considere-se ainda que essa população esteja muitas vezes, perto (ilhas próximas ao continente), porém longe (sem fácil acesso) das políticas públicas e infraestrutura disponíveis no centro urbano.

Assim, entre as desigualdades sociais vivenciadas por parte dessa população constam, por exemplo, o não acesso, ou acesso precário, à água potável, iluminação elétrica, saneamento básico, coleta de lixo, serviços de saúde, educação, transporte e segurança pública (inclusive com a atuação criminosa dos chamados “piratas”). O isolamento geográfico é transfigurado, às vezes de modo naturalizado, em isolamento das políticas públicas.

O Instituto Peabiru (FILHO, 2014) aponta algumas questões que formam específicas vulnerabilidades às sociedades ribeirinhas, dentre elas a degradação de seu meio ambiente, com o crescente desmatamento, inclusive para obtenção de madeira e carvão; erosão; poluição das águas (por esgoto residencial e industrial); ameaça de expansão de novos empreendimentos empresariais e imobiliários; a retirada indiscriminada de areia e pedra para a construção civil; falta de unidades de conservação e definição fundiária das terras, especialmente de ilhas menores; fragilidade de gestão das áreas de proteção ambiental, a exemplo das ilhas do Combu e Cotijuba. Esse conjunto de vulnerabilidades é fruto de um modelo de desenvolvimento homogêneo e alheio aos usos sociais dos recursos, cabendo buscar modelos alternativos e sustentáveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas possam ampliar a oferta de serviços com estratégias singulares para atender as demandas da dessa população. Na Política de Assistência Social é necessário a ampliação, de unidades do SUAS (CRAS e CREAS), equipes volantes e aquisição de lanchas para ter capacidade operacional efetiva por conta das demandas apresentadas cotidianamente.

4. Planejamento Estratégico da FUNPAPA

4.1 Diretrizes Estratégicas

Missão	Desenvolver, no município de Belém, Assistência Social Pública de qualidade às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos, contribuindo com o exercício da cidadania.
Grupos de Interesse / Usuários	Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.
Valores	Equidade, urbanidade, ética, diversidade, respeito, alteridade, humanidade, justiça social, empoderamento, protagonismo, responsabilidade, compromisso e participação.
Visão de Futuro	Ser referência nacional na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Áreas Estratégicas de Atuação – AEA:	AEA 01 - Proteção Social de Assistência Social. AEA 02 - Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Objetivos Estratégicos – OE	OE 01- Garantir proteção social básica e especial, de alta e média complexidade, a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos. OE 2: Aprimorar e consolidar a gestão da Política de Assistência Social

4.2 Plano de Metas / Indicadores de Resultado

Plano de Metas	Indicador de Resultado			
PROTEÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Objetivo Estratégico: garantir proteção social básica e especial, de alta e média complexidade, a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.				
	Nome do Indicador	Índice Padrão	Unidade	Descrição da Meta
Meta 1	Cobertura de proteção social básica	80.000	Total de Famílias atendidas/ano	Ampliar de 60.000 para 80.000 o número de famílias atendidas pela cobertura de proteção social básica
Meta 2	Implantação de CRAS	16	Total de Unidades de CRAS implantados	Ampliar de 12 para 16 o quantitativo de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo 01 no DAOUT, 01 no DAENT, 01 no DASAC e 01 no DABEN
Meta 3	Famílias atendidas na região insular	17.000	%Famílias da área insular atendidas em ações de proteção social básica	Ampliar de 10.000 para 17.000 o quantitativo de famílias residentes do território insular, referenciadas e atendidas em ações de proteção social básica, abrangendo os Distritos

				Administrativos do DAOUT, DAMOS, DAICO e DÁGUA.
Meta 4	Ampliação da cobertura dos Benefícios Eventuais	4	% de concessão de Benefícios Eventuais	Ampliar de 1.000 para 2.000 a concessão de Benefícios Eventuais por motivos de sinistros ambientais, catástrofes, incêndios, dentre outros
Meta 5	Implantação do Núcleo Socioeducativo	2.000	% de Adolescentes atendidos	Implantar 01 Núcleo Socioeducativo Interinstitucional i para qualificar o atendimento de 300 adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto.
Meta 6	Núcleo Socioeducativo	300	Adolescentes atendidos	01 Núcleo Socioeducativo Interinstitucional implantado para qualificar o atendimento de 300 adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto.
Meta 7	Implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e idosos	12	Total de CRAS com serviços de PSB no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Implantar o Serviço de Proteção Social Básica Domiciliar para Pessoas com Deficiência e Idosas nos 12 CRAS
Meta 8	Implantação do Serviço de Família Acolhedora	30	Total de crianças e adolescentes atendidas	Colocar 30 crianças e adolescentes em Serviço em Família Acolhedora
Meta 9	Serviço de Acolhimento Institucional de longa permanência	40	Total de pessoas idosas acolhidas ao dia	Colocar 40 pessoas idosas em Serviço de Acolhimento Institucional de longa permanência
Meta 10	Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	1	Fórum reestruturado	Reestruturação do Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Objetivo: Aprimorar e consolidar a gestão da Política de Assistência Social

Meta 1	Regulamentação do SUAS	1	Lei aprovada	Regulamentar, através da aprovação de Lei Municipal, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal
Meta 2	Ampliação do quadro funcional da FUNPAPA Servidores FUNPAPA	1.019	Total de servidores efetivos	Ampliar de 774 para 1.019 o quantitativo de servidores efetivos do quadro funcional FUNPAPA
Meta 3	Implantação de Conselhos Tutelares	10	Total de novos Conselhos Tutelares	Ampliar de 08 para 10 o número de Conselhos Tutelares

			implantados	
Meta 4	Espaços socioassistenciais	29	Espaços socioassistenciais adequados	41 equipamentos sociais com infraestrutura física mantida permanentemente, garantindo a continuidade dos serviços socioassistenciais, o controle social e a defesa de direitos
Meta 5	Centro de Inclusão Socioproductiva	9.043	% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF incluídas	29 espaços socioassistenciais dotados de infraestrutura adequada às condições de acessibilidade universal
Meta 6	SIPIA	1	Sistema implantado	01 Centro de Inclusão Socioproductiva implantado para atender 9.043 (8%) das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, em atividades de inclusão produtiva
Meta 7	Conferências Municipais de Assistência Social	2	Conferências Municipais de Assistência Social realizadas	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA implantado em todos os Conselhos Tutelares
Meta 8	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes	2	Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescentes realizadas	02 Conferências Municipais de Assistência Social realizadas
Meta 9	Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes	2	Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescentes realizadas	02 Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescentes realizadas

4.3 Financiamento da PMAS

FONTE DE RECURSOS	PREVISÃO 2018	PREVISÃO 2019	PREVISÃO 2020	PREVISÃO 2021	TOTAL POR FONTE/SERVIÇO 2018-2021
TESOURO MUNICIPAL	74.980.696,00	78.729.730,80	82.666.217,34	86.799.528,21	323.176.172,35
COFINANCIAMENTO ESTADUAL					
Proteção Social Básica					
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF - Piso Básico Fixo	50.400,00	50.400,00	50.400,00	50.400,00	201.600,00
Proteção Social Especial					
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos/PAEFI - Piso Fixo de Média Complexidade	46.800,00	46.800,00	46.800,00	46.800,00	187.200,00
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias/ Centro Dia - Piso Variável de Média Complexidade - Centro Dia	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
COFINANCIAMENTO FEDERAL					
Proteção Social Básica					
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Piso Básico Variável	2.334.000,00	2.334.000,00	2.334.000,00	2.334.000,00	9.336.000,00
Serviço de Atendimento Integral a Família/PAIF - Piso Básico Fixo	1.728.000,00	1.728.000,00	1.728.000,00	1.728.000,00	6.912.000,00
BPC na Escola - Aplicação de Questionário	89.760,00	89.760,00	89.760,00	89.760,00	359.040,00
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho	98.602,00	98.602,00	98.602,00	98.602,00	394.408,00
Proteção Social Especial					
Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Idosos - Piso de Alta Complexidade	1.236.000,00	1.236.000,00	1.236.000,00	1.236.000,00	4.944.000,00
Serviço de Acolhimento para Moradores de Rua - Piso de Alta Complexidade II	240.000,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	960.000,00
Serviço de Proteção e	780.000,00	780.000,00	780.000,00	780.000,00	3.120.000,00

Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos/PAEFI - Piso Fixo de Média Complexidade					
Serviço Especializado de Abordagem Social - Piso Fixo de Média Complexidade	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	720.000,00
Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio Educativas de LA e PSC - Piso Fixo de Média Complexidade	264.000,00	264.000,00	264.000,00	264.000,00	1.056.000,00
Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua/Centro Pop - Piso Fixo de Média Complexidade	552.000,00	552.000,00	552.000,00	552.000,00	2.208.000,00
Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência e suas Famílias/Centro Dia - Piso Fixo de Média Complexidade	480.000,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	1.920.000,00
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias/ Centro Dia - Piso de Transição de Média Complexidade - Centro Dia	471.394,00	471.394,00	471.394,00	471.394,00	1.885.576,00
Ações Estratégicas do PETI	204.000,00	204.000,00	204.000,00	204.000,00	816.000,00
INCENTIVO À GESTÃO					
Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família – IGDBF	2.528.376,84	2.528.376,84	2.528.376,84	2.528.376,84	10.113.507,36
Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS	353.788,80	353.788,80	353.788,80	353.788,80	1.415.155,20
TOTAL	86.857.817,64	90.606.852,44	94.543.338,98	98.676.649,85	370.684.658,91

Fonte: Departamento Financeiro/FUNPAPA, 2018.

5. Encontros com usuários: avaliando a PMAS

Garantir a ampla participação popular é um dos desafios presentes na operacionalização cotidiana do SUAS e previsão contida em várias normativas da área, tais como a LOAS e a PNAS. Essa participação assume a forma de controle social, sendo majoritariamente concretizada nos Conselhos de Assistência Social onde se exercita a representação social. Contudo, nesse Plano Municipal, enquanto instrumento público-político, conta-se não apenas com as valiosas contribuições do CMAS local, mas também com a colaboração direta do(a)s usuário(a)s dos diversos serviços socioassistenciais executados pela FUNPAPA, almejando edificar uma política não somente *para* a(o)s usuária(o)s, e sim, *com* ela(e)s.

Para essa empreitada foram promovidos 08 encontros com munícipes que acessam os serviços. O planejamento desses momentos levou à construção de metodologias participativas e flexíveis, conforme perfil do público, com foco na participação qualificada e valorizada dos usuários, por meio de rodas de conversa, debates, confecção de desenhos e escrita de suas percepções e demandas. Tudo no intuito de criar um espaço de diálogo, em que as falas foram acolhidas e respeitadas. Assim, ao longo de dois meses foram realizados os encontros com duração média de duas hora, alternando-se os horários conforme a dinâmica dos serviços e alcançando a participação de um total de **252** munícipes, entre adultos, crianças, adolescentes e idosos, os quais compartilharam um olhar de dentro dos serviços.

Desse modo, não raros foram os momentos nos quais surgiram falas assertivas e indicativas da politização dos usuários e um elevado nível de compreensão de seus direitos, revelando, então, uma aguda capacidade crítica e propositiva sobre os rumos da política de assistência social. Também, em várias situações, foi possível ouvir falas e ver expressões encharcadas de emoção e afetividade, reveladoras de trajetórias de vidas nas quais a atuação de políticas públicas dignas e eficazes é premente.

Nos quadros a seguir, sintetizam-se os principais aspectos das avaliações expressas pelos usuários.

1º Encontro – Ilha de Mosqueiro (DAMOS)

Local de realização: CREAS Marialva Casanova

Espaços participantes: CRAS Mosqueiro e CREAS Marialva Casanova

Número de usuários participantes: 47 pessoas

Data: 09/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
É preciso melhorar a assistência social no Município.	A assistência social é muito importante para nós.
É preciso mais CRAS para atender a população da Ilha	Considero o serviço social muito importante para as famílias que precisam de apoio.
Não está nada bom	O Bolsa Família ajuda muitas famílias aqui em Mosqueiro
Muitas famílias precisam do CRAS e ainda não conseguem vaga	Tanto o CRAS como o CREAS eu gosto. Sempre fui bem recebida.
Tem muita coisa que precisa melhorar	Queria que todos conhecessem o CRAS e o CREAS.
Muitos adolescentes precisam aprender uma profissão e o CRAS deve ajudar de alguma forma	Agradeço muito ter um CRAS aqui pra nos.
O SCFV não está funcionando como deveria, <i>falta</i> mais atividades.	O CREAS é muito importante para a ilha
Mosqueiro tem muita violência	A coordenadora do CREAS, dona Cláudia, se preocupa muito com nossos problemas. Sempre que preciso ela está aqui pra escutar.
Tenho muita preocupação com os jovens por conta da falta de oportunidades.	A equipe do CREAS é muito boa
É preciso mais cursos profissionalizantes para os jovens	Gosto muito das atividades oferecidas.
O CRAS precisa melhorar	Sempre que preciso de alguma coisa corro aqui no CREAS
Os idosos não são respeitados pelos motoristas de ônibus, não param quando para os velhos.	Gosto muito de participar do CRAS
O CRAS precisa ter mais atividades para os idosos.	Só tenho a agradecer o apoio recebido da equipe.
As vezes não temos dinheiro para ir ao CRAS	Sempre tive apoio aqui.
O CRAS fica muito longe para muitas famílias	Meus filhos participam das atividades e não querem sair

2º Encontro – Ilha do Outeiro (DAOUT/DAICO)

Local de realização: CRAS Outeiro

Espaços participantes: CRAS Icoaraci, CRAS Outeiro, CREAS José Carlos Dias e Centro Pop Icoaraci

Número de usuários participantes: 38 pessoas

Data: 14/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Falta de investimento por parte do governo nas atividades de assistência Social	Os programas sociais que existem
Falta de política federal no Brasil	Atendimento dos profissionais
Falta compromisso com a sociedade	O serviço social do CRAS
É preciso ter mais responsabilidades e ações sociais	O bom atendimento no Centro Pop Icoaraci
Precisamos de mais oportunidades	O atendimento e acompanhamento no CREAS é excelente
Aqui no Outeiro não tem muitas atividades para crianças, adolescentes e jovens .	Atendimento, agendamento e cursos oferecidos no CRAS
Não ter parceria da saúde com CRAS	Atendimento e acompanhamento dos profissionais
Não tá bom a quantidade de CRAS, CREAS e Centros POP	A coordenação do Centro POP
Falta de uma cobertura externa no CRAS Icoaraci. Seria melhor para o desenvolvimento de atividades	Os espaços estão melhores
Falta de estrutura no espaço Ronaldo Araújo	Somos bem atendidos no CRAS e no CREAS.
Falta de vagas no espaço Ronaldo Araújo Falta de atividade de artesanato e cursos	As coordenações se preocupam com os problemas das famílias.

3º Encontro – Espaços localizados nos Distritos DABEL/DAGUA

Espaços participantes: CREAS Ilka Brandão, CRAS Barreiro, CRAS Cremação, CRAS Terra Firme, CRAS Jurunas, CRAS Guamá e Centro Dia.

Número de usuários participantes: 79 pessoas

Data: 15/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Falta mais cuidadores Centro Dia	Todos os funcionários Barreiro
Transporte para usuários com deficiência Centro Dia	Coordenação Jurunas
Falta estrutura e equipamentos em geral	Funcionários nota 10, professora nota 1000 Terra Firme
Sem condição: mato e sujeira CRAS Terra Firme	Encaminhamentos e acompanhamentos CREAS

Falta de benefícios eventuais e atendimentos	Coordenação Jurunas
Espaço físico precário sem acessibilidade Barreiro	Voluntariado Jurunas
Necessita estrutura física e qualidade no atendimento	Acompanhamento dos serviços CREAS
Dificuldade a acesso a documentos civis	Atendimento e palestras CREAS Ilka
Espaço físico ruim Barreiro	Acolhimento excelente pela equipe Barreiro
Falta de estrutura física e material Guamá	Ótimo atendimento, atenção CREAS Comércio
Falta de uniformes e material pedagógico demora a chegar	Espaço bom CRAS Guamá
Sem estrutura e sem material Terra Firme	Os voluntários são dedicados nos serviços Jurunas
Sem condições de realizar trabalho Cremação	"A parte boa é que a gente aprende muitas coisas boas e é perto de onde moramos"
Sem condição: mato e sujeira CRAS Terra Firme	Cuidados especiais com os filhos e com amor e carinho Centro Dia
"Queremos fazer atividades além do exercício físico"	Técnicos prestativos Centro Dia
Temos que sair de lá antes que desabe na nossa cabeça.	Todos os servidores são prestativos Centro Dia
Falta de integração da FUNPAPA com outras políticas, como educação	
Falta a rede funcionar	

4º Encontro – Espaços localizados nos Distritos do DABEN/DAENT e DASAC

Local de realização: Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN

Espaço: Centro de Convivência Zoé Gueiros, CRAS: Aurá, Tapanã, Aurá e Pedreira

Número de usuários participantes: 26 famílias

Data: 16/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Reforma no CRAS Aurá em geral (piscina, malocas, refeitório e estrada)	No meu ver é muito bom a convivência no CRAS Tapanã, tanto para minhas crianças.
Mais educadores no CRAS Aurá	Os Técnicos que temos são maravilhosos, não temos a reclamar, o acolhimento é ótimo e o grupo de convivência é 100% (Zoé)
CRAS Aurá precisa de educadores no turno da tarde, manutenção na piscina, malocas e na estrada.	A coordenadora do Zoé é nota 10 (polivalente)
Mais materiais	Atividades satisfatórias e bem executadas (Zoé)
Mas atividades para crianças, adolescentes e adultos, no CRAS Pedreira.	Relacionamento entre usuários e funcionários (Zoé)
CRAS Pedreira os cursos de formação	Espaço físico satisfatório (Zoé)
Falta trabalhadores de serviços gerais no Zoé	Atendimento de nossas necessidades. (Zoé)
Falta de profissionais no Zoé Gueiros como	Ajudam a fortalecer a convivência familiar.

psicólogo e geriatra.	(CRAS Benguí)
No Zoé o espaço é ótimo só quando não chove (alagamento)	Os profissionais que lá estão são muito bons (CRAS Benguí)
No Zoé a alimentação tá reduzida, não tem serviços gerais e a hidroginástica tá parada.	Minha professora Karla (CRAS Benguí)
É preciso saneamento básico, suspensão do prédio (porque o Zoé alaga).	Tapanã: atendimento 10, profissionais 10. Espaço 8 e higienização 10.
Falta de professores de <i>artesanato</i>	Atendimento dos profissionais, o espaço é ótimo, o acolhimento. (CRAS Tapanã).
Lado ruim CRAS Tapanã: a falta de atividade como passeios culturais, profissionais, espaço, e merenda precisa melhorar.	Espaço bom, funcionários bom, atendimento ótimo, professores ótimos (CRAS Pedreira)
Conseguí identificar falhas em todos os setores de atendimento. <i>Mais</i> ao me informar o que levava a tais fatos Resumi! Que o que provoca tal falha é o sistema, os repasses de recursos, e falta de organização dos planejamentos.	Convivência e acolhimento (CRAS Pedreira)
Concurso público para mais funcionários	O que tá bom no CRAS Aurá são os professores, o atendimento, os passeios e as palestras.
Mais atividades de lazer (passeios)	Temos assistentes sociais que são ótimas (CRAS Aurá).
Tá faltando tudo isso, mais curso e mais trabalho. Falta de funcionários e falta de materiais (telefone, ar condicionado, limpeza e alimentação)	CRAS Aurá 16/03/2017. Nossos educadores <i>são ótimos</i> . Atendimento em geral <i>é ótimo</i> . Equipe técnica tudo de bom.

5º Encontro – Espaço de Acolhimento (DAICO)

Local de realização: Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo

Espaço: EA Ronaldo Araújo.

Número de usuários participantes: 11 adolescentes

Data: 17/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Não tem atividades físicas	O espaço tá melhor aqui
Revistas	A coordenação é bacana
Ameaça do GATE (....)	A comida é gostosa
Guarda municipal não respeita meus direitos	A amizade entre a gente
Falta de educação física	Poder sair e voltar
Não tem passeio	
Não tem livros	
Não tem passeio	
Não vamos à igreja	
Falta de contato com a família	
Não tem televisão	

6º Encontro – Espaço de Acolhimento (DASAC)

Local de realização: Espaço de Acolhimento Recomeçar

Espaço: Espaços de Acolhimentos Recomeçar e Dulce Accioli.

Número de usuários participantes: 09 pessoas

Data: 20/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Comprar mais móveis (armário, estante, beliche e sofá)	Alguns amigos
Não tem livros de história	A coordenação do espaço
Gibis novos	As assistentes sociais
Filmes novos	Alguns educadores
Precisamos de brinquedos (lego e vídeo game)	As educadoras
Jogos (dominó e dama)	As técnicas
Não tem brinquedos novos	A escola
Não jogos eletrônicos	As consultas médicas
Ventilador no quarto	As atividades realizadas
O ar condicionado está pingando	As visitas
Melhorar a comida (açai e churrasco)	As festas
A alimentação da merenda da ceia	O espaço
A gente tem que ter <i>mais</i> frutas	O jantar
As paredes do quarto estão sujas	A comida
As brigas entre as crianças	O almoço
Não tem roupa pra passeio	Bola futebol
Precisamos de kit de maquiagem (batom e lápis de olho)	Os computadores
Kit de higiene (sabonete, perfume, shampoo, condicionador)	-----

7º Encontro – Espaço de Acolhimento Euclides Coelho (DABEN)

Local de realização: Espaço de Acolhimento Euclides Coelho

Espaço: EA Euclides Coelho.

Número de usuários participantes: 09 famílias

Data: 21/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Não compreender quando a família não pode vir, às vezes por falta de passagem de ônibus	A equipe tem bons profissionais.
Falta de orientação para os usuários em relação a encaminhamento (CAPS – Espaço de Acolhimento)	O atendimento da equipe
Horário de atendimento não é flexível	Ter um técnico de enfermagem
Falta de informações sobre as audiências, muito tempo no acolhimento. Mães e família	A assistente social da tarde

querendo que seus filhos retornem para a casa.	
As visitas ao hospital são negadas. Ficamos angustiadas.	Os educadores são atenciosos
Não tem espaço para brincadeiras para crianças maiores.	O cuidado com as crianças
Tempo pequeno para ficar com as crianças	Afetividade e carinho quando tem atividade festiva
Falta de cuidados com as crianças (relato de machucados).	A participação das crianças na escola.
Foto não permitida.	A alimentação é boa
Tem um guarda que trata mal a gente. Se metendo na nossa vida.	Ter acesso ao PROPAZ
A recepção do guarda precisa melhorar.	A participação da igreja

8º Encontro – Serviços para a população em situação de rua (DABEN)

Local de realização: Centro Pop São Brás

Espaço: CAMAR I, CAMAR II e Centro POP São Brás

Número de usuários participantes: 29 pessoas

Data: 23/03/2017

Aspectos Insatisfatórios	Aspectos Satisfatórios
Não tem acessibilidade. Não tem banheiro próprio pra mim, não tem rampa, Não tem uma torneira perto pra eu alcançar. Não tem enfermeiro e tem educador que se nega a ajudar. (Centro Pop)	A existência de serviços para a população de rua
A irresponsabilidade dos funcionários, em relação a locomoção para consultas e outras questões para moradores. (Centro Pop)	Os encaminhamentos para <i>tirada</i> de documentos
Tem comida mas não estão fazendo. E nós moradores não podemos fazer e nem entrar com comida para as crianças e para nós adultos.	A coordenação do Centro Pop
A pouca alimentação, a estrutura do local, regras quebradas pelos funcionários, serviços inapropriados para moradores. (Centro Pop)	-----
Peço que vejam a necessidade de <i>tds</i> ! Peço respeito a <i>tds</i> . Por último peço um espaço de respeito <i>ah tds</i> !	-----
A falta de manutenção e demora para resolver.	-----
Falta de acolhimento noturno.	-----
A alimentação para as crianças abrigadas	-----
Fraldas e remédio	-----
Falta de encaminhamento para tratamento de dependentes químicos.	-----
Atrito entre a equipe afeta os usuários.	-----
Falta de atividade socioeducativas	-----
Falta de esporte, lazer e passeios.	-----

Falta de móveis (mesa, cadeira computador e telefone), pessoas comendo em pé.	-----
Não ter atividade no sábado e domingo (Centro POP)	-----
Retorno do Projeto Viramundo no Centro Pop e CAMAR	-----
Esclarecer melhor sobre o atendimento do público fixo e flutuante.	-----
Formação profissional.	-----

6 Monitoramento e Avaliação

Este Plano será monitorado e avaliado ao longo do período estabelecido para seu desenvolvimento, 2018 – 2021, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento e consolidação da Política de Assistência Social na cidade de Belém do Pará. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, deve observar as condições objetivas para que as ações socioassistenciais possam ser implantadas e implementadas com a otimização dos recursos disponíveis nas três esferas governamentais.

Quanto à metodologia de monitoramento e avaliação caberá ao Núcleo Setorial de Planejamento/Setor de Vigilância Socioassistencial: realizar o planejamento institucional estabelecendo as estratégias necessárias para o alcance das metas pactuadas; realizar o Censo Suas verificando o desenvolvimento da Política em âmbito local; realizar consulta aos usuários como forma de apreender o padrão de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial; capturar junto às equipes técnicas a dinâmica de funcionamento das unidades de atendimento e; registrar informações territorializadas para balizar ajustes necessários. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Belém acompanhar as ações previstas neste documento, realizar avaliação anual com base nas metas e objetivos atingidos e a serem repactuadas, bem como realizar orientação sobre a gestão da Política em âmbito Municipal.

Como forma de melhor desenvolver essa dinâmica de monitoramento e avaliação, será proposto a constituição de processos participativos de acompanhamento desse PMAS, por meio de reuniões técnicas, seminários temáticos e consultas públicas, que contemplem a representação de diversos segmentos envolvidos na política: gestores, trabalhadores e usuários. Esses processos deverão acontecer de forma sistemática, a cada ano, constituindo-se elemento fundamental para instrumentalizar as decisões dos gestores quanto às orientações e intervenções técnicas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Brasil**: abastecimento urbano de água: panorama nacional. Brasília: ENGECORPS/COBRAPE, 2010.

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é religião**. São Paulo: Abril cultural: Brasiliense, 1984.

ARAÚJO et al. **Ocupação e Consolidação das Baixadas em Belém-PA**: periferia e Portal da Amazônia. In: Anais do Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano. Nº 2, 2012.

ARQUIDIOCESE DE BELÉM. **Anuário Arquidiocesano 2014 – 2015**.

BELÉM, Prefeitura Municipal de Belém; SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação; IAGUA – Instituto Amazônico de Gestão Urbana e Ambiental. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Belém, 2012.

_____, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 6.022. Dispõe sobre a criação da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA.

BORBA, Reneuza. **O que é saúde?** Disponível em: <<http://www.adocontb.org.br/index.php?codwebsite&codpagina=00020975>>

BORDALO, Carlos Leão (*et al*). Os desafios da gestão das águas nas metrópoles da Amazônia: uma análise do modelo de gestão pública dos sistemas de abastecimento de água na Região Metropolitana de Belém – PA. In: **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1181-1193, 2012.

BRASIL, República Federativa. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 1993.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013.

CASTRO, Lara de. **Ocupar, fixar e educar**: trabalhadores do interior do Brasil e os projetos governamentais para o Amapá e o Ceará entre os anos 1944 e 1960. IX Semana de História da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2013.

CNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Res. Nº109 de 11 de novembro de 2009.

Contando histórias de trabalho infantil doméstico. Belém: Gráfica Alves, 2006.

COSTA, Antonio Mauricio Dias. **Festa na cidade**: o circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: EDUEPA, 2009.

DERGAN, João Marcelo. **Historia, memória e natureza**: As comunidades da Ilha do Combu. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2006.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Belém na virada do século XIX**: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

FERNANDES, Daiane. **Avaliação da capacidade funcional de idosos longevos amazônidas**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

FILHO, João Meirelles. **Belém Ribeirinha: Marco Contextual**. Belém: Instituto Peabiru, 2014.

FUNPAPA. **Caminhos da assistência nº 2**. Belém, 1995.

_____. **Caminhos da assistência nº 3**. Belém, 1996.

_____. **A Política de assistência em Belém**: Palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Paca-Tatu, 2004.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social 2007-2008**. Belém, 2007.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017**. Belém, 2014.

_____. **Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento de Pessoas em Situação de Rua**. Belém, 2014

_____. **Estudo Diagnóstico**: Adolescentes sentenciados com medidas socioeducativas em meio aberto, atendidos pela FUNPAPA de 2009 a 2014. Belém, 2014.

_____. **Estudo Diagnóstico**: Violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Belém. Belém, 2015.

_____. **Diagnóstico Socioterritorial de Belém**: um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS. Belém, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal**: Belém. Belém, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, p.1-259, 2010.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros 2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população Brasileira** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população Brasileira** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Rio de Janeiro, 2014.

IDESP. **Boletim do Mercado de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/boletinsMercado/mercadoTrabalhoJulho2013.pdf>> acesso em: 16/10/2012.

_____. **Mapa de exclusão social do estado do Pará 2012**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/mapaExclusaoSocial/mapa2012.pdf>>

MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

_____. **Rua, Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS**, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pré-natal e puerpério**: Atenção qualificada e humanizada. Brasília, 2005.

_____. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano**. Brasília, 2005.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. **Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2016**. Grupo Gay da Bahia, Salvador, 2017.

NAHON, Samantha; HOLANDA, Frederico. **Onde o cinturão aperta**: integração e segregação em Belém. In: Cinco Séculos de Cidade no Brasil, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. v. 6, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação na Constituição**

Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S141324781999000200006&script=sci_abstract>

SANTOS, Leticia et al. **Histórico do abastecimento de água na região metropolitana de Belém até a atualidade**. In: Anais 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal do Maranhão, 2012.

SEAS; UFPA. **A População Em Situação de Rua em Belém do Pará e Ananindeua**: resultados de uma pesquisa social que convida seus leitores para debater o futuro dos municípios amazônicos a partir da opção de fomentar a criação de uma moderna civilização da biomassa nos trópicos. Belém, 2014.

SILVA, Eduardo; FIGUEIREDO, Juliana. **Organização do Sistema de Saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/eduenfaph/organizacao-do-sistema-de-sade-no-brasil-parte-1>>

SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Monografia das baixadas de Belém:** subsídios para um projeto de recuperação. 2 ed. rev. Belém, SUDAM, 1976. 2v.

TOCANTINS, Leandro. In QUEIROZ, Anna Amélia de (Org.). **Problemática da Amazônia.** Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1968, p. 149-167.

VELOSO, Tiago. **Políticas de planejamento e gestão em metrópoles amazônicas:** estudos sobre a Região Metropolitana de Belém. In: I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental–I SEURB, 29 a 31 de agosto de 2011.

WAISELIZ, Julio. **Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil.** Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, 2014.

_____. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** 1ª Ed. Brasília, DF, 2015a.

_____. **Mapa da Violência: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil.** Rio de Janeiro, 2015b.